

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Paulo Armando Esteves Martins Viana
A Que Veio o CRAS?

Mestrado em Psicologia
Orientadora: Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves

Niterói, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Paulo Armando Esteves Martins Viana
A Que Veio o CRAS?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Mestrado em Psicologia
Orientadora: Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves

Niterói, 2013

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

V614 Viana, Paulo Armando Esteves Martins.
A que veio o CRAS? / Paulo Armando Esteves Martins Viana. –
2013.
116 f.
Orientador: Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento
de Psicologia, 2013.
Bibliografia: f. 114-116.

1. Assistência social. 2. Brasil. 3. Política pública. 4. Resistência.
5. Risco. 6. Vulnerabilidade. I. Neves, Cláudia Elizabeth Abbês Baeta.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves (Orientadora/ UFF)

Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia Coelho Heckert (UFES)

Prof^a. Dr^a. Lilia Ferreira Lobo (UFF)

Para quem quer se soltar invento o cais
Invento mais que a solidão me dá
Invento lua nova a clarear
Invento o amor e sei a dor de me lançar
Eu queria ser feliz
Invento o mar
Invento em mim o sonhador
Para quem quer me seguir eu quero mais
Tenho o caminho do que sempre quis
E um saveiro pronto pra partir
Invento o cais
E sei a vez de me lançar

(Cais, Milton Nascimento)

Agradecimentos

À minha companheira, Keila, pela desobediente paciência que muitas vezes me fez rever escritos, práticas. Seus toques e 'livre' escuta foram fundamentais para encontrar o tom deste trabalho. Sua companhia foi moinho que, por dois anos, pôde transformar angústia, mesmo que um pouquinho (às vezes muito) em risadas.

Aos meus pais que sempre estiveram disponíveis, sem constrangimentos e/ou apaziguamentos, às minhas interrogações. Uma dosagem necessária que me possibilitou começar a ver a vida naquilo que ela tem de 'muito'. Obrigado por terem estado dispostos a educar sem amedrontar, apesar de tudo.

À Minha avó pela força, lucidez e indiscrição só acessíveis aos maiores de oitenta anos.

Aos meus sobrinhos (Jota e Louie) pela leveza e criatividade dos encontros.

À minha irmã e seu par pelo carinho sensível e pelas discordâncias tão necessárias para perceber o 'muito' da vida.

Aos meus sogros e (con) cunhados pela paciência frente às minhas indisponibilidades que foram muitas neste percurso.

Ao Bítton pelo companheirismo sem compromisso.

A Dani e Gi pela amizade sincera. Por mergulharmos juntos, nos afetarmos juntos, avermelharmos juntos, gritarmos juntos, errarmos juntos, brigarmos juntos, pesquisarmos juntos. Vocês foram fundamentais para que a vida pudesse soprar e respirar.

Ao Gustavo pela hospitalidade/amizade e acolhimento das angustias, dos humores indisciplinados, das lágrimas e gritos. Valeu irmão.

À Manu pela sempre prontidão. Esta que foi imprescindível para me livrar de mais uma angústia. Obrigado pela sua amizade!

À minha querida orientadora - Cláudia compa - pela orientação generosa/ parceira/ atenta, por ter se arriscado numa aventura que ainda era tão 'verde', cheia de brechas e inseguranças. Sua aposta me ajudou a inventar um cais: um respiro para desinventar tantas fôrmas e criar tantos outros problemas. Obrigado!

À banca de qualificação pelas potentes interferências que me fizeram vislumbrar caminhos ainda obscuros quando colocaram pontos, vírgulas e exclamações em parágrafos e palavras que pouco expressavam a força do que queriam dizer. Obrigado!

À Marcia (MM) por ter me contado sobre 'ficcionar'. Pelas enxurradas e (con)fusões, pela disposição e alegria de receber um texto por vezes fragmentado, mas que após sua atenta leitura só poderia começar a fazer mais sentido.

Ao grupo de orientação - Miguel, Alexandre e Monalisa – tão imprescindível para a construção/análise do problema.

Às companheiras no CRAS e na vida, Lelê, Roberta, Maria, Ivonete, Sônia e Lurdinha por tantos deslocamentos e gargalhadas experimentados juntos. Valeu!

À equipe do CAPS pela paciente compreensão das minhas temporárias ausências e indisponibilidades.

À Nilza pela coragem/força/bravura e todos os outros companheiros que me deram o prazer inquietante de experimentar encontros tão potentes.

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo tensionar práticas instituídas no campo da assistência social e os conceitos constitutivos da atual Política Nacional de Assistência Social (2004) partindo de experiências vividas por profissionais e usuários de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado em cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Tal análise foi tecida a partir de uma aposta político-metodológica que se utilizou de perguntas insistentes, que aqui chamamos de perguntas-resistência, enunciadas por personagens surpreendentes e imprevisíveis que colocaram em circulação problemas e questões importantes no funcionamento da política de Assistência Social no contemporâneo. Perguntas-resistência que problematizaram as táticas de gerência/governo dos corpos que habitam os 'ditos' territórios vulneráveis e de risco onde se inserem os equipamentos da Assistência Social. Deste modo, pudemos também compreender as estratégias de resistência da vida que insurgem inventivamente em meio a estas enunciações, ou seja, os movimentos cotidianos que interpelam aquilo que intenta tornar a vida previsível e matéria de governo, que a transformam em objeto de intervenção e sujeita a práticas tutelares que se agenciam e são agenciadas pelos modos de operar a Política de Assistência Social na contemporaneidade.

Palavras-chave: Assistência Social, Política Pública, Resistência, Risco e Vulnerabilidade Social.

Abstract

This research aimed to extend established practices on social assistance field and on constitutive concepts of the current Social Assistance National Policy (Política Nacional de Assistência Social - 2004) based on experiences of professional workers and users of a Reference Center of Social Assistance (Centro de Referência da Assistência Social - CRAS) located on hinterland of Rio de Janeiro state. This analysis was composed from a political methodological approach using insistent questions, which are called “resistance questions” in this research, enunciated by overwhelming and unpredictable personages who brought out problems and relevant matters on contemporary Social Assistance policies. Those resistance questions problematize *modi operandi* and management/governance tactics of bodies that live on “known” vulnerable and risk territories where Social Assistance apparatus are inserted. Therefore, we could also comprehend resistance strategies of lives that creatively rise up in the midst of such enunciations, i. e., daily movements that question whatever intends to turn life into a predictable and governance mechanism, that transforms life into an object of intervention subject to tutelary practices which arrange and are arranged by contemporary Social Assistance Policy *modi operandi*.

Keywords: Social Assistance, Public Policy, Resistance, Risk, Social Vulnerability

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - UM POUCO DO PERCURSO DE UM TRABALHADOR/ PESQUISADOR: DO SUAS À CENTRAL DO BRASIL, DO CRAS À UFF.....	10
1.1 - Da experiência.....	20
1.2 - Cenas que encenam histórias.....	21
CAPÍTULO 2 - A VIDA POR UM FIAPO: A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUAS CONFIGURAÇÕES.....	29
2.1 - Esfiapando a Assistência Social.....	34
2.2 - Da Assistência Social.....	37
CAPÍTULO 3 - NÃO CONTA PRA NINGUÉM, TA?: ENTRE INDICADORES SOCIAIS E REGIMES DE VERDADE.....	52
3.1 - A produção de territórios, índices e indicadores de risco social e pessoal: por entre hibridismos nos saberes médico/psicológico/social.....	58
3.2 - (Ar)riscando outros percursos como trabalhador social.....	69
CAPÍTULO 4 - O EMPATA PORTAS NÃO É UM DE NÓS: A VULNERABILIDADE COMO PRODUÇÃO BIOPOLÍTICA.....	72
4.1 - Da emergência de novas tecnologias de governo.....	76
4.2 - Da biopolítica.....	79
4.3 - A emergência da população como problema de governo.....	85
4.4 - A vulnerabilidade social assume seus contornos.....	92
CAPÍTULO 5 - POSSO SAIR DO BOLSA-FAMÍLIA?.....	102
5.1 - Por uma vida atrevida.....	106
PARA NÃO CONCLUIR: UMA APOSTA.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114

CAPÍTULO 1

UM POUCO DO PERCURSO DE UM TRABALHADOR/PESQUISADOR

Do SUAS à Central do Brasil¹, do CRAS à UFF

O deserto crescia, mas povoando-se ainda mais.
Deleuze, 1998

*De black ou nagô, relógio paraguaio[...]
Tênis do camelô e um perfume de caô*
Grupo Bom Gosto, 2011

Esta pesquisa foi realizada a partir de inquietações e interpelações advindas do trabalho realizado como psicólogo de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Ela é efeito de um percurso por entre práticas, trilhos, conceitos, tropeços e esquinas. Discutir o percurso que nos leva a uma pesquisa implica seguir seus traços, entalhes e deformações, tomando o caminho como força indagadora, flecha cortante de tudo aquilo que se fazia tão duro, angustiante e, aparentemente, impossível no cotidiano de trabalho do CRAS.

As experiências como psicólogo deste equipamento público², localizado numa cidade do interior do estado do Rio de Janeiro, possibilitaram a criação de problemas incitados pelos ruídos daqueles que lá habitam (profissionais, usuários e gestores),

¹ A Central do Brasil é uma estação de trens metropolitanos localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro e operada pela empresa SuperVia.

² O CRAS em questão está localizado em bairro periférico da cidade, que possui uma Unidade Básica de Saúde (com Estratégia Saúde da Família) e uma Escola Municipal (da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental). O bairro apresenta iluminação pública, contudo, as ruas de acesso ao centro da cidade são precariamente iluminadas, o que dificulta a circulação dos moradores. O bairro não possui saneamento básico, sendo o esgoto jogado diretamente em riacho que cruza a localidade, e o abastecimento de água ocorre, em sua maioria, através de carros-pipa cedidos pela prefeitura. Cabe ressaltar que, apesar de o CRAS estar localizado especificamente neste bairro, o equipamento também abarca mais quatro (04) bairros, visto que pode referenciar até 5000 famílias. Na ocasião de implantação do CRAS, esta localidade foi escolhida para recebê-lo por possuir os “maiores índices de vulnerabilidade social”.

colocando em análise a função naturalizada do equipamento citado, bem como os conceitos que lhes dão suporte.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), o CRAS é um equipamento público, preconizado como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo objetivo seria “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (PNAS/2004, p.33).

O público-alvo desta política é constituído por grupos e indivíduos considerados em situação de vulnerabilidade social “decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etária, étnica, de gênero ou por deficiências, dentre outras)” (PNAS/2004, p. 33).

Os conceitos de vulnerabilidade social, risco pessoal/social, prevenção, território e controle social que sustentam os dispositivos operacionais desta política indicam a necessidade de uma apreensão dos mesmos na complexidade de suas formalizações, seja pelas práticas socioassistenciais que lhes dão suporte, seja pelos atores que a atualizam.

Pudemos então observar, na experimentação deste trabalho, que profissionais/usuários tanto podem reproduzir a lógica imposta, que naturaliza o enquadre de modos de vida em alvo de tutela e controle, quanto, em alguns momentos, resistir às formas propostas, legitimando práticas outras que embaçam a lente voraz dos regimes que sobrecodificam a vida e a transformam em objeto.

A experimentação dos desafios na operacionalização desta política permeia e tensiona as discussões da equipe profissional que compõe o CRAS em questão. Às

vezes de forma mais inflamada, outras, angustiada, e ainda paralisadora, tendo em vista a força das tensões que habitam estes espaços e suas práticas muitas vezes difíceis de nomear.

Durante o processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, tínhamos como questão o controle social³ e as formas de seu exercício, visto que a sua efetivação é um dos objetivos principais da política pública de Assistência Social. Tal questão estava atrelada a experimentações vivenciadas com parte da equipe nas reuniões da CIB (Comissão Intergestores Bipartite da Assistência Social).

A CIB é constituída apenas por representações governamentais indicadas pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais. Entretanto, no ano de 2010, estivemos em algumas reuniões acompanhando uma colega de equipe indicada pela gestão municipal e pudemos perceber que alguns discursos lá engendrados determinam de maneira imperativa a alocação de recursos, a construção de instrumentais técnico-sociais e as práticas de gestão que se delineiam nos espaços onde se executam os serviços da Assistência Social.

Fomos à CIB porque recebíamos cotidianamente manuais, normativas e resoluções que prescreviam para nós, profissionais, não apenas modalidades de acompanhamento, mas modos de ver e escutar o usuário e sua suposta vulnerabilidade

³ Conforme consta na Política Nacional de Assistência Social, controle social se define da seguinte forma: "O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro desta lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos, balizado nos preceitos constitucionais[...] na conformação do Sistema Único da Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências[...]. Os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento (p.51).

social. Tudo isto era acompanhado por uma preocupação orçamentária que se propunha a tornar as intervenções técnicas/profissionais mais baratas, rápidas e eficientes. Produzia-se um discurso de eficiência e prevenção que tornava visível a produção da vulnerabilidade social e sua naturalização em todos os seus devaneios morais.

Para alcançar tal objetivo, seria preciso tutelar (via prescrições normativas) o trabalho dos profissionais 'da ponta', seu exercício, a fim de obter qualidade no cuidado/preventivo das questões provenientes da vulnerabilidade social. É importante criar os manuais, dar nomes às intervenções, padronizá-las e construir condições de mensuração da vida em todas as suas extremidades e intimidades.

A CIB surgia para nós como um lugar necessário para estar, ainda que à revelia de todos. Não precisávamos de convite; o que nos convocava era nossa indignação e uma intensa agonia. Precisávamos estar lá, entender o que acontecia, o que nos acontecia e a que nos submetiam(os). Urgiam respostas para perguntas que não queriam se calar entre nós: com que direito falam por nós e pelos usuários, definindo à nossa revelia os modos de trabalhar e de viver? Como determinam índices e metas de serviços independentemente daqueles que experienciam o trabalho? Como tal dispositivo, cunhado em meio a uma reforma democrática, poderia acionar tanta mortificação, tantos afogamentos?

Na Norma Operacional Básica/SUAS-2005, está descrito que cabe a essas instâncias (as CIBs) o lugar de pactuação de procedimentos de gestão, a fim de qualificá-los para alcançar o objetivo de ofertar ou de referenciar serviços de qualidade ao usuário, objetivando tornar efetiva a descentralização da política pública de

Assistência Social e o comando único em cada esfera de governo, desde que não firam as atribuições específicas dos conselhos.

Além disto, todas as pactuações devem considerar as deliberações dos Conselhos Estaduais e ser encaminhadas aos mesmos para que estas instâncias tomem conhecimento ou apreciem e deliberem tais acordos, bem como ser encaminhadas aos Conselhos Municipais de Assistência Social e ao Conselho Nacional para que estes também tomem conhecimento.

Conforme anteriormente exposto, a participação periódica nas reuniões da CIB – que ocorrem, em sua maioria, na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) – nos possibilitou captar certas nuances clientelistas no discurso e no trato com o controle social.

O que pudemos perceber foi que a possibilidade de construção ascendente desta política, preconizada nos textos legais, se fazia justo num movimento inverso: o uso desta instância e suas representações para ratificação de acordos e interesses previamente instituídos.

Nesta direção, o objetivo inicial da pesquisa era perceber a tessitura dessas instâncias de pactuação, que, muito além de espaços meramente formadores de consenso, se configuram no cotidiano como lugares deliberativos – mesmo que extraoficialmente – em função dos acordos firmados em meio ao calor das decisões, as orientações político-partidárias ali alocadas e as relações clientelistas que derivam destes posicionamentos.

Diante disto, nos colocávamos as seguintes perguntas: o que se passa para além e aquém das resoluções ali consensuadas? Esta instância funciona em nome de que e

de quem? Na efetivação destes funcionamentos, que práticas e modos de subjetivação se engendram entre profissionais e usuários no cotidiano dos atendimentos?

Com o tempo, a questão foi se transmutando, foram sendo produzidos novos agenciamentos político-metodológicos que nos permitiram vislumbrar o problema emergindo da experiência de trabalho, uma sucessão de acontecimentos que geraram aberturas a outros sentidos e que alteraram o jeito e o modo de sentir e produzir a questão.

Nosso olhar, poderíamos dizer, estava em certa medida desencarnado, porque partia de uma abstração, daquilo que era prescrito acerca do controle social e das instâncias de pactuação. Colocávamo-nos, portanto, o seguinte problema: o que nos impede de exercer o controle social da maneira prescrita?

Não havíamos posto em questão a lógica representativa, nem todos os seus adereços de contratualidade que desqualificam as forças intensivas, constituintes da vida e do viver. Neves (2004) explica que o intensivo não se caracteriza pelo estado de coisas, mas pela mobilidade e errância, um plano heterogêneo que irrompe como força disruptiva em meio às coordenadas, às ordenações espaço-temporais, aos limites históricos, identidades e representações.

Foucault (2005), ao realizar uma genealogia do poder, descreve dois momentos importantes em seus funcionamentos no contemporâneo, que variam de um discurso filosófico-jurídico a um discurso histórico-político. Ao traçar um plano, uma geopolítica dos discursos extraindo deles sua multiplicidade, posiciona-os historicamente e lhes devolve uma virtualidade. Diz ele:

No fundo, a dialética codifica a luta, a guerra e o enfrentamento dentro de uma lógica, ou pretensa lógica, da contradição; ela os retoma no duplo processo da totalização e da atualização de uma racionalidade que é a um só tempo final, mas fundamental, e em todo caso irreversível. Enfim, a dialética assegura a constituição através da história, de um sujeito universal, de uma verdade reconciliada, de um direito em que todas as particularidades teriam enfim seu lugar ordenado (FOUCAULT: 2005, p.69).

Na construção anterior do problema de pesquisa, dialogávamos com um pensamento binarizante acerca do exercício de poder que nos fazia, em certa medida, acreditar numa diagramação estatal previdenciária (Estado garantidor), a partir de um empoderamento ou protagonização popular. Nesta construção havia escapado, portanto, conceitos como governamentalidade, os modos de capilarização do poder e seu exercício no contemporâneo.

Entretanto, a experimentação daquele espaço em ato (CIB, controle social), em seus funcionamentos, foi fundamental para compreender esta engrenagem não identificatória do poder, sua fluidez e seu exercício estratégico. Em assim pensando, é importante perceber a luta como fio condutor em sua multiplicidade/heterogeneidade de forças em luta, e não como mera expressão de um movimento identitário, representacional ou político-partidário.

O pensamento dialético pode, portanto, explicar um movimento, mas não se movimentar em meio aos entre-processos, naquilo que não se constitui como blocos de espacialidades ou temporalidades instituídas. O que passamos a vislumbrar, quando nos voltamos para os modos de exercício desta política no cotidiano, foi seu plano de engendramento, de relações de forças que podem ou não se compor em formas e ao mesmo tempo recriá-las.

Demandam-se, portanto, invenções para dar conta de um outro modo de produção do problema, que não pode estar descolado do processo, visto que tudo e

todos estamos investidos em algum modo de exercício de poder. Diante disto, apostar num dualismo entre o ponto de observação e o objeto observado poderia ser uma fantasia, um mito, a afirmação de um pensamento do negativo, que inscreve a diferença como oposição dualista. Negri (2003) nos aponta uma outra dimensão estética do pesquisar:

Este “estar imersos” acaba com toda representação de critérios metodológicos em geral, que justamente previam poder-se enganchar do lado de fora em alguma coisa que fosse estável, e portanto fazer nascer a narrativa daquela estabilidade objetiva que determina relações históricas, fixa-as e confere-lhes significados (NEGRI: 2003, p. 90).

Surpreendentemente, o que se fazia problema, como o controle social e sua efetivação, se transmutou naquilo que se fazia experiência, contato, vida. Nossas práticas produzem e ganham sentidos em meio à imersão na experiência, nas relações que se construíram no campo de trabalho ou nos problemas do trabalho, que emergiam pela boca, pelo gesto, pelos engasgos daqueles que são tidos como vulneráveis, deficientes, menores. Suas falas, seus desconcertos, permitiram a emergência de novos sentidos para a pesquisa, quais sejam: o que na vida, ou da vida, pode? O que a vida pode? Para além das normativas, dos modos de exercer o controle social, de participar, de protagonizar - o que a vida agoniza e teima em fazer passar?

Trazer este percurso em meio a seus percalços possibilitou melhor esboçar a questão disparadora que emerge indissociada do seu campo problemático, qual seja: como se dão, no cotidiano do trabalho no CRAS, os movimentos de resistência de profissionais e usuários em meio às máquinas de sobrecodificação e vulnerabilização de modos de vida?

Há nesta dissertação uma aposta político-estética de trabalhar a partir de questões, perguntas, que chamamos perguntas-resistência: são assim denominadas porque tensionam uma relação de forças, pulsam sobre aquilo que parece estar dado, instituído. Elas trazem um outro hálito para a dissertação, porque torcem aquilo mesmo que parecia seco, sem saída, sem suco. Podemos dizer que produzem sabor ético em meio a tanta apatia.

A partir disto, foi produzida no corpo uma escuta atenta àquilo que se falava, que se experimentava. No processo, o diário de campo/bordo foi ganhando espaço: no início, muito timidamente, mas depois foi se incorporando na escrita, como que acontecendo na dissertação. Sua inserção não comparecia como mero enxerto, mas como fundo, meio e borda. Não poderia ser uma nota, mas narrativa que tece, costura a pesquisa: suas invenções, respiros e suspiros.

A vida entra e a pesquisa se faz percurso; alinhavo acionador de perturbações muitas, salta, funciona pelas brechas, abre janelas e permite que o vento entre e remexa a todo momento suas metas, seus objetivos e seu campo. Aliás, o campo passou a ser um problema - não pela aspereza daquilo que chamam contexto - mas pelo campo que o problema permitiu emergir, campo/intenso/sensação.

Intensidade, sensação, longe de serem conceitos que simplesmente teorizam acerca de um dado objeto de pesquisa, são vibrações que se fazem presentes na experiência, aqui entendida como superfície de inscrição da vida, de seus sobressaltos e suas fagulhas.

O uso do diário de campo foi inspirado em Lourau (1993), que considera, como parte fundamental da pesquisa, o “fora da pesquisa”, ou seja, a inclusão dos aspectos marginais daquilo que se escreve academicamente, que passam a funcionar como

disparadores de uma análise das implicações do ato de pesquisar com as instituições em jogo. Esta análise é aqui entendida como a afirmação da inexistência de neutralidade no pesquisar, visto que tal ação é atravessada por posicionamentos políticos, práticas e discursos engendrados por diferentes instituições (vulnerabilidade, assistência social, risco social) e pela experiência.

Lourau (1993) nos indica que uma das características da escritura “fora texto” seria a possibilidade de produzirmos um conhecimento sobre a temporalidade da pesquisa em seus aspectos cotidianos, apresentando como foi feita a pesquisa e por quais vias o processo foi passando.

Desta forma, podemos compreender como nos debruçamos sobre alguns ditos e abrimos mão de outros, expondo os posicionamentos políticos que não se referem simplesmente à busca de uma cientificidade, mas a uma aposta político-metodológica daqueles que escrevem, com todas as suas afetações e feridas a céu aberto.

Como nos afirma Lourau (1993):

A pesquisa é uma criação permanente: consiste em interrogar conceitos, criticá-los e nunca meramente aplicar nossa teoria, de um modo meio mágico, fazendo uma espécie de encantação através da repetição mecânica das mesmas palavras. Pode dar certo no universo da fé, mas a pesquisa necessita de dúvidas e não de certezas prévias (LOURAU: 1993, p. 111).

Assim, os escritos desta pesquisa se afirmam por sua marginalidade e passam a compor uma escrita marginal, com toda sua obscenidade, conclamando o que está fora da cena (da cena formal), tornando a vivência cotidiana força motriz para discutir os principais pontos desta pesquisa: vulnerabilidade, risco e prevenção.

1.1. Da experiência

Foucault (2011), ao discutir história e genealogia, nos aponta que o sacrifício do sujeito do conhecimento se daria pela afirmação da inseparabilidade entre querer e saber, ou seja, tal afirmativa corrompe os universais e a neutralidade científica, desfazendo a unidade do sujeito, liberando nele tudo o que se obstina a dissociá-lo e a destruí-lo – “o saber conclama hoje as experiências sobre nós mesmos” (FOUCAULT: 2011, pp. 35-6).

Compreendemos experiência como algo que nos passa, que nos acontece e nos toca. Portanto, o sujeito da experiência não é o sujeito da informação, da opinião ou do julgar, mas seria como um território de passagem, “algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns afetos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos [...] o sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde têm lugar os acontecimentos.” (LARROSA: 2002, p. 24).

Sendo assim, o saber da experiência não se constitui como uma verdade universal, mas responde e indaga ao que nos vai acontecendo ao longo da vida, diz e faz ver de um percurso. Não se trata, no entanto, da verdade do que são as coisas, mas dos sentidos ou não-sentidos do que nos acontece, daquilo que nos marca e produz diferença.

Foi nesta experimentação que outras geografias, outros mapas, novos trilhos foram entrando e compondo o percurso. O percurso não estava dado, foi sofrendo interferências do CRAS, pelos novos modos de ver e escutar o que era dito, da UFF pelas outras modulações político-metodológicas e pelos vagões e trilhos infames da Central do Brasil.

Emerge, portanto, um modo de fazer pesquisa que parte de embates, de microlutas, não mais lá, mas justo ali, em ato. Não há como binarizar, nem olhar o objeto de um lugar exterior, ou melhor, exteriorizar a visão e/ou o discurso. O que há é uma prática, ou várias práticas, multiplicidades nas práticas. Várias vozes que reverberam em nós, nos outros, mas que reverberam; não necessariamente regimentam.

O que reverberou neste processo de experimentar um outro lugar de pesquisador diz respeito à desidealização das noções de representação, democracia representativa, política pública, cuidado e da prática de assistência social, como valores em si. Afinal, estas noções não são processos dados ou apenas prescritos. Diferente disto, elas se atualizam como práticas num campo de lutas e ensejam combates por entre silenciamentos, modos de vida e práticas de resistência. Contudo, ser deslocado destes aportes e idealizações, experimentar outros trilhos e a interferência de uma miríade de vozes implicou a invenção de uma escuta, de um modo outro de ver, poroso a novas visibilidades e dizibilidades.

1.2. Cenas que encenam histórias

Utilizamo-nos de cenas extraídas do diário de pesquisa que atravessam o CRAS e a Central do Brasil como ferramenta de passagem dos ditos, perguntas-resistência e sensações que interpelaram e produziram deslocamentos nos modos de operar/gerir a Política de Assistência Social no cotidiano do CRAS.

Da janela do CRAS, vemos alguns adolescentes que passam correndo, brincando e gritando com os pés descalços, cavalgando sem arreio pelo asfalto e

produzindo reações diversas, desde posicionamentos moralizadores que tendem a enquadrar seus comportamentos como risco em potencial – visto que “lugar de criança/adolescente não é na rua, mas na escola ou em casa com seus pais” – até reações de encantamento.

Encantamo-nos quando podemos encontrá-los, cantamos juntos e fazemos poesia. Adoramos morrer de vontade com eles, andar com nossos tênis e relógios falsificados e falsificar a realidade, ou apenas tomá-la em sua singularidade. E justo lá, nos entre-espacos onde nosso código de ética não permite ultrapassar certos limites afetivos, construímos uma estética que nos faz compreender afeto de outro jeito, ou seja, como elemento de passagem.

Experimentar tais afetos é produzir novos possíveis, aqui compreendidos não como o que está dado, mas “como a ousadia de inventar sonhos e torná-los atuais, o que implica arrancar a história de si mesma para dar visibilidade aos devires, para experimentar a relação com a alteridade, com o mundo, com a vida.” (MACHADO; LAVRADOR: 2010, p.123).

É pelo intensivo que a Central do Brasil interfere⁴: suas estações, vagões e trilhos amassam o fazer pesquisa. Amassam produzindo deformação, curvas e torções no estado de coisas, já que uma das experiências que compuseram e interferiram de forma aguda e intensa no percurso da pesquisa foi a utilização dos transportes

⁴ Utilizamos esta expressão buscando inspiração em Neves (2004), que compreende a interferência como “uma relação ou um conjunto de relações de forças que incidem, de maneira casual ou intencional, sobre outra relação ou outro conjunto de relações de forças. Isto quer dizer, nos termos de certas filosofias contemporâneas da diferença, que interferir é estar presente em um jogo de forças e, portanto, em um complexo jogo de poderes, entendendo que poder implica sempre correlações plurais de forças” (NEVES: 2004, p. 5).

públicos: trem, metrô, barca, ônibus. Oito horas (diárias) de viagens, de idas e vindas, de invenções, contágios e acontecimentos.

Em uma de nossas idas e vindas, experimentamos a força intensiva de uma barricada montada pelos passageiros na estação Oswaldo Cruz da Supervia, produzida após alguns atrasos e avarias nos trens circulantes, cuja estratégia era impedir a passagem de outros trens para possibilitar um diálogo com o presidente da empresa sobre as condições do transporte. A este movimento-resistência foi dada a seguinte resposta:

Quero me desculpar em nome do governo. O serviço ainda é deficiente e não é o que queremos prestar. Não teremos dia fácil nos próximos dois anos. Estamos trocando o pneu com o carro andando. Teremos outros problemas. É verdade que ainda temos um sistema vulnerável, mas também é verdade que o comportamento dos usuários hoje não é o comportamento esperado de um usuário da população do Rio (Fala do secretário municipal de transporte público do Rio de Janeiro, publicada no jornal O GLOBO de 10/02/2012).

Há um sistema vulnerável e um comportamento concebido como questionável? Qual posicionamento tomamos, aquele que preconiza a culpabilização e avaliação moral dos usuários em seus comportamentos dissonantes ou assumimos os riscos de nos aliarmos à imprevisibilidade?

Dizemos assumir os riscos para afirmar um certo modo de pesquisar que tomou a experiência como ponto de partida e/ou entrada, exposição e risco. Um arriscar-se, como um pintor que não pinta sobre uma tela virgem, mas que está de tal maneira coberta de clichês preexistentes que é preciso estraçalhá-la para fazer passar uma corrente de ar. (DELEUZE; GUATTARI: 2010)

O CRAS e a Central do Brasil, antes circunscritos em suas linhas, produziram fragmentação na escrita, derrubaram seus vagões que passaram a vaguar por aqui,

construindo novos conectores, trajetos e mapas. Tentamos aqui acompanhar seus deslocamentos: as brechas abertas, as inundações produzidas.

Num outro lugar deste mapa, um novo deslocamento emerge: *centenas vão centados, milhares vão em pé (sic)*⁵. A cena começa numa pichação e depois descarrila, percorre as correrias e vozes que, vistas da janela do trem, se dissolvem, se tornam vultos, borrões de várias cores, de vários cheiros e gostos. Correm muito, parecem sempre atrasados e se esbarram, nos esbarram e, de repente, ali, perdemos muitos sentidos e os refazemos. “Refazer” é um verbo recorrente no momento: refazemos a escrita e com ela, a vida. Refazemos a todo segundo, mudamos com as ideias. Os vultos-acontecimentos em velozes correrias interferem nas ideias. Eles entram falando, vendendo, gritando. Às vezes, nos obrigam a comprar. Detestamos quando nos obrigam a comprar! Mas não conseguimos evitar. Aliás, temos evitado pouco. Mas eles continuam passando lá fora, e, às vezes, entram, com a fúria de quem pode não achar um lugar.

Em pé com indignação-insistência, como força amassadora. Também ficamos de pé. São nos hiatos, nas sinapses que nos colocamos de pé. Em pé para não cair, mas também para impedir a passagem daqueles que querem nos furtar um lugar. Mas nem sempre a insistência é antifurto; às vezes o furto é inevitável e nos atravessam com as bolsas e o hálito. Pasmados! Assumimos os riscos e/ou os gerenciamos?

E a vida se refaz. Refez-se. Só fazemos refazer. Alhos são descascados no vagão e o cheiro nos sobe, invade, o olho arde, a boca saliva ou o estômago embrulha (depende da hora). As cascas ficam no chão, são chutadas para a porta e a cada

⁵ Inscrição num muro de um prédio próximo à Central do Brasil.

estação elas voam um bocado; podem cair também ou serem esmigalhadas pelo movimento das portas. E, de repente, uma voz grita: “Desculpe atrapalhar a paz e a tranquilidade da sua viagem!”. Entretanto, algo nos diz que já fomos incomodados há algum tempo por um desassossego ímpar.

Nos caminhos que nos levam ao CRAS, dispositivo da política pública de assistência social, somos prensados pela força das barricadas, dos corpos que se colocam de pé nas portas dos vagões do trem, forçando a entrada, e/ou dos que duramente insistem em manter-se de pé para impedir a entrada de mais passageiros, assim como pelos clichês e significados que os dispositivos desta política insistem em atribuir e produzir em meio a este campo de forças em tensão. Que nome tem isso? Já está tudo inundado; abriram as comportas.

O pensamento é torcido pelos tensionamentos éticos da vida: o que fazer com a insurgência de inventivos ditos do cotidiano, que serão desdobrados no corpo da dissertação? No encontro com essas histórias/perguntas no CRAS e/ou na Central, uns nos afirmam terem suas vidas esfiapadas, outros dizem sim para o incerto, para o imoral, e alguns renegam o óbvio e, em meio a tudo isto, nos tornamos outros. Tal afetação se inscreve num regime ininteligível das causas que só é possível acessar através da sensação, antes de qualquer tradução nervosa.

Uma língua menor emerge em meio à hegemônica, sem reivindicar sua maioria, mas afirmando sua potência infame. Essa língua amorfa não é uma derivação, mas uma variação. Passa rasgando, mas também titubeando. Titubeia até o limite da vida e esbanja possíveis. Corre riscos, muitos riscos, não procura adeptos, porque não é partido, mas percorre os fios e esfiapa as certezas.

Nesta direção, o diário de campo se faz diário de bordo, permite ser afetado pelos problemas que emergem cotidianamente, perde invólucros, ganha outros, mas aciona e é acionado em todo o percurso desta viagem, deste fazer pesquisa. O campo salta e a viagem ganha novos contornos: muda seu tempo, seu espaço. O CRAS insurge na/a vida, tal qual a vida é medida no CRAS. O poder que se faz sobre a vida e a detona também produz resistências a favor do vívido da vida.

Ela (a vida) se insere na pesquisa produzindo dúvidas e inacabamentos; muitas vezes, torna força aquilo que a vulnerabiliza. Resiste e insiste frente aos sucateamentos do dia-a-dia, requalifica e/ou ressignifica-se pelo “atrevimento de singularizar”, de perguntar, de duvidar. Coloca em análise, emudece, produz pausas-tensas e disparos angustiantes.

A experimentação desses disparos, perguntas e resistências serão o fio condutor desta dissertação, tecida através dos fragmentos dos diários de campo/bordo que narram vidas em seus movimentos, torções e tensionamentos. Narram naquilo mesmo que as desqualificam e as laminam em mensurações que a querem previsível, vulnerabilizada e transformada em matéria de governo, objeto de intervenção e de práticas tutelares.

A cada capítulo, será apresentado um fragmento de cena escrita, recheada de perguntas insistentes, enunciadas pelos usuários do serviço, que colocam em circulação problemas, questões importantes no funcionamento da política de Assistência Social no contemporâneo. Seus modos de operar, suas táticas e estratégias de gerência/governo dos territórios, e os corpos que lá habitam são pinçadas pelas experiências/perguntas que se apresentam.

Os trilhos que nos levam ao CRAS, à UFF e à Central do Brasil possuem conectores (hábeis a fazer e desfazer trajetos); linhas e desalinhos. Os trajetos constroem mapas, que se constituem num emaranhado de passageiros, vagões e estações, que fazem comparecer objetos e objetivos, ideias e sensações, conceitos e estilos. A aposta está em não abrir mão dos deslocamentos produzidos pelos conectores dos trilhos, da experiência, da vida.

A indagação “a que veio o CRAS?” é um disparo conector, uma quentura que alinhavou toda a pesquisa, portanto, pretendemos usá-la como tensor. Ficamos com os acionamentos que ela nos produz, sejam nas normativas, nas práticas e/ou nos discursos que são engendrados na Assistência Social: seus fazimentos e desfazimentos possíveis.

As normativas e seus dizeres aparecem quando incitados pela experiência, visto que não são o foco essencial da discussão, tanto quanto os conceitos, que servem como ferramenta às discussões, pois “[...] acreditando na autocriação permanente, tanto do social quanto das teorias sobre este, a experiência de nossa imaginação, em referência ao pesquisar, faz (ou não) surgir a urgência – a necessidade – de certos conceitos, e não o inverso.” (LOURAU: 1993, p. 113).

Portanto, aquilo que possuía caminhos tão claros, que respondia a uma certa objetividade e cientificidade acadêmica através dos objetivos gerais, acaba por embarcar em uma viagem pelos processos e interferências que tecem o fazer pesquisa. Há uma dificuldade em dizer do que ‘realmente’ se pesquisa, mas tal dificuldade só afirma a condição paradoxal da mesma, que se faz em ato, acompanhando cuidadosamente o que acontece, ou o que nos acontece quando estamos no campo, na vida, embarcados, a bordo.

Nossa aposta diz de uma errância, de uma experimentação em meio às afirmações e insistências da vida, nas reticências que racham e violam um certo modo prescrito de operar as “políticas que incidem sobre a vida” (MACHADO; LAVRADOR: 2010). Aprendemos com Lourau (1993) que negar as errâncias no pesquisar, nos resguardando em falas que se transformam em cartas de intenção ou objetivos gerais, não nos ensina nada sobre a pesquisa.

Sendo assim, os estranhos encontros com o CRAS, a Central e a UFF precisam assumir seus arranhões, permitir seus tropeços, dar língua às histórias que se enunciam, que não cansam de se fazer presentes. Essas histórias ganham corpo a partir das surpreendentes interrogações do cotidiano do trabalho/viagem/bordo. As mesmas que criaram condições para desassossegar o pesquisador, agora pedem passagem. São perguntas, incitações, excitações, movimentos de descarrilamento e resistência. As histórias – suas palavras e interrogativas – precisam regurgitar seus sentidos e saberes embaçados.

*Sempre tem gente pra chamar de nós
Sejam milhares, centenas ou dois
Ficam no tempo os torneios da voz
Não foi só ontem, é hoje e depois
São momentos lá dentro de nós
São outros ventos que vêm do pulmão
E ganham cores na altura da voz
E os que viverem verão.*

“Por que nós?”, Marcelo Jeneci

CAPÍTULO 2

A VIDA POR UM FIAPO

A Assistência Social e suas configurações

No primeiro ano de funcionamento do CRAS onde trabalhamos, uma usuária, ou pretendente a usuária do serviço, fez uma pergunta: “A que veio o CRAS?”. Na época, provavelmente, a questão foi respondida da maneira prescrita, conforme ainda hoje respondemos nos momentos de maior agonia ou impaciência: “equipamento público que objetiva intensificar o diálogo intersetorial e garantir o acesso aos direitos sociais”.

Atualmente, a pergunta insiste e nos provoca novas angústias, e outras respostas. Aliás, temos inclusive problematizado a demanda por tal resposta, ou se tal pergunta requer, de fato, uma resposta. “A que veio o CRAS?” é uma pergunta; sua resposta é “muito”, por isso desequilibrante, tensionante, mexedora de fazimentos... Levanta fervura, desposiciona, reposiciona, produz ferramentas, gagueiras e gaguejos.

Questiona conceitos básicos e unânimes no campo da política pública: território, descentralização político-administrativa, controle social etc. Se é necessário perguntar sobre sua chegada, é porque o CRAS simplesmente veio, e aí é que reside o problema, o nó e a fechadura, dura, dura, dura. Veio como, para fazer o que, pra quê? A que veio? Pergunta inaugural para o dispositivo, mas insistente e persistente para aqueles que ali vivem. Diríamos: pergunta-resistência.

Seria necessário respondê-la? Se respondemos, em primeira pessoa, também assumimos sua autoria. Então, façamos outro caminho. Propomos acionar a pergunta-resistência e tensioná-la em seus fazimentos. São muitos.

A pergunta é de todos: profissionais, gestores, usuários. E os primeiros costumam responder: “Veio para fomentar maior comunicação entre os serviços públicos, garantir direitos, intersetorialidade, promover acompanhamento sócio-assistencial, preencher guias de contra-referência e relatórios. Ah! Também serve para produzir dados e conhecimentos sobre a vulnerabilidade social, bem como construir mecanismos para prevenir situações de risco que decorram desta condição social”.

Esta é uma possibilidade de resposta que se prolonga, se torna um regimento, se atualiza, se configura hegemonicamente. Permite a emergência de (uma) escuta, de (um) estatuto, favorecendo o enquadramento da população/grupos localizáveis em diferentes públicos-alvo, diferentes atendimentos, diferentes demandas, diferentes benefícios, diferentes condicionalidades, excepcionalidades, overdose de acessórios e focalização ou focalizações.

E as práticas que operacionalizam o CRAS? As visitas domiciliares, os grupos reflexivos, os atendimentos no serviço? É justo aí, em meio a este processo que reside a pergunta: A que veio o CRAS? Esta, poderíamos dizer, se faz uma questão ética, pois tensiona o regime de inteligibilidade biopolítico⁶ e a experiência com todos os seus sussurros e berros.

Pretendemos usar as perguntas-resistência (conforme já exposto anteriormente), que servem a este tensionamento. Desta forma, o problema desta dissertação será desdobrado. As perguntas-resistência que vão se configurando ou emergem no dia a

⁶ Biopolítica é um conceito proposto por Foucault (2005) que faz uma genealogia de um modo de gestão da vida em que se pretende tomar o humano a partir do biológico e possibilitar a emergência de uma população, que pode ser quantificável, previsível e gerida em sua 'normalidade' biológica. O conceito será discutido mais a frente.

dia do serviço serão as desbravadoras deste território pouco percorrido da Política Pública de Assistência Social em seus conceitos primordiais.

Tal afirmação metodológica (perguntas-resistência) dialoga com uma conceituação de poder que pegamos de empréstimo a Foucault (2005). Para o autor, o próprio poder é uma relação, não se colocando, portanto, em exterioridade àquilo que produz ou que o produz. Ou seja, ele transforma a pergunta direcionada ao poder feita durante tanto tempo pelas correntes clássicas da filosofia e pelo marxismo: de “o que é o poder” para o “como do poder”.

Sendo assim, a pergunta passa a produzir novos problemas, questionando, portanto, todo e qualquer posicionamento teórico que remenda o poder através da opressão, repressão ou contratualidade. Todos esses variantes garantem uma certa relação de possessividade em relação ao poder, sua identificação e centralização. Foucault (2005) explica:

[...] no caso da teoria clássica do poder, o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor como de um bem, e que se poderia, em consequência, transferir ou alienar [...] que seria da ordem da cessão ou do contrato [...]. No outro caso, claro, eu penso na concepção marxista geral do poder [...] que se poderia chamar de “funcionalidade econômica” do poder [...] na medida em que o papel essencial do poder seria manter suas relações de produção e, ao mesmo tempo, reconduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e as modalidades próprias da apropriação das forças produtivas tornaram possível (FOUCAULT: 2005, pp. 19-20).

Ou seja, em sendo crítico a esses posicionamentos, Foucault argumenta que o poder se exerce, só existe em ato e afirma que este não é a manutenção ou reprodução de uma relação econômica, mas é em si mesmo uma relação de força. Assim, o poder, em sendo tático e estratégico, estabelece regimes e modos de funcionamento. Em suas

relações com o saber, compõe verdades, contudo, estas composições se fazem em meio a exercícios, cuja exposição e visibilização se dão em meio a relações de forças.

E só aí, no cerne destas relações, que se vislumbra uma resistência, pois, se o poder como exercício não se presta a análises funcionalistas, mas faz ver e dizer de seus funcionamentos em ato, poderíamos, portanto, dizer que tal análise requer a explicitação das forças em combate e seus modos de enfrentamento.

Heckert (2005) nos alerta que as resistências podem ser pensadas como linhas desobedientes que problematizam as ordenações, que se insinua por meio de personagens anônimos que interrogam as proposições, alterando as rotas através de estratégias surpreendentes.

A autora nos ajuda a pensar que resistir não é reagir. Resistir é inventar, é abertura, é ranhura, é rascunho, é rabisco, é cheiro e é resto também. Resistir é narrar a vida por sensações. Resistir é cortar – abertura de frestas oxigenantes. Ficcional, dissimular e tropeçar: as perguntas-resistência têm essa força, porque não são meros conceitos, mas práticas em exercício e em constante relação de vizinhança com outras que a ancoram (VEYNE: 1978). Nas palavras de Heckert (2004):

(Resistência) É uma abertura infinita que sinaliza que as formas são contingenciais, e não permanências eternas. Possibilidade de vislumbrar criações nos restos, detritos e sucatas que povoam este espaço. Práticas de resistência são aquelas que não apenas atendem ao prescrito, ao designado, ao já esperado, mas que no seu fazer esboçam outros modos de ação. Tais modos, muitas vezes imprevisíveis, são impossíveis de serem programados e funcionam como foco irradiador que se conecta a outras práticas (HECKERT: 2004, p. 27).

Portanto, para pensarmos a Política Pública de Assistência Social no Brasil, é necessário fazer emergir um certo campo de forças, onde se encontram diferentes

linhas (suas ranhuras e diagramações) que permitem a aparição do social como campo de intervenção e reconhecimento de problemas. Gilles Deleuze, ao escrever o prefácio da obra de Donzelot (2001), explica que o social

Nem se confunde com o setor público ou com o setor privado pois induz, ao contrário, uma nova figura híbrida de público e privado, produzindo ele mesmo, uma repartição, um entrelaçamento original entre as intervenções do Estado e seus recuos, seus encargos e desencargos (DELEUZE: 2001, p. 2).

Ou seja, o campo, que a partir do século XVIII passa a ser o alvo específico das políticas sociais é um híbrido, uma imbricação de setores e de discursos e de linhagens. Não é dotado de neutralidade, nem de natureza, é um campo político, onde se instauram normas em consonância com os regimes de verdade que se querem homogêneos e universais.

Os autores acima utilizados nos ajudam a entender que analisar a política de Assistência Social não implica em reconhecê-la, encontrá-la ou desvelá-la a partir da letra da lei. Mas, diferente disto, atentar para seus hibridismos e diferentes linhagens, requer entendê-la a partir de seus efeitos, pois ela mesma é um efeito desses regimes de verdade que circunscrevem os modos de operar seu funcionamento.

Dizemos isso para garantir a compreensão de que a Assistência Social como política social não pode ser entendida de maneira ensimesmada; ao contrário, a situamos em um plano relacional em que, a partir do vislumbre de suas táticas e tecnologias, bem como os movimentos de resistência – em meio ao qual emergem as práticas de assistência - é que poderemos traçar/desenhar seu percurso.

2.1. Esfiapando a Assistência Social

porque é preciso ser assim assado

“Assim, Assado”, João Ricardo; Paulinho Mendonça

Há algum tempo, nós, equipe do CRAS, fizemos uma visita domiciliar por solicitação de uma gama de atores (Família, Estratégia Saúde da Família e Secretaria Municipal de Assistência Social) que consideravam a vida de um senhor idoso indigna de ser vivida.

Ele é alcoolista, velho, mora só, apresenta dificuldades de locomoção, complicações vastas de saúde, não possui benefícios (Programa Bolsa-Família ou Benefício de Prestação Continuada), contribuiu por um tempo irrisório ao INSS. Cai e se machuca quando está alcoolizado, e fala sem parecer nos ouvir, expressando-se apenas pelo balançar afirmativo de sua cabeça. Com este gesto, o senhor responde às sugestões de colaboração por parte do CRAS: “O Sr. entendeu?”; e o gesto se apresenta de novo e cada vez mais cansado.

E se dissesse não? E se pudesse nesta negativa simplesmente afirmar-se frente a tanta pergunta para as quais muitas vezes não tem respostas ou que sequer lhe produzam algum sentido? Muitas foram as possibilidades de colaboração e propostas ‘restauradoras’ visando dar-lhe “um projeto de vida”. Que projeto, que vida? Um “não” assinalaria uma indolência confirmadora de um risco? A efetivação da necessidade de sua tutela que o qualificaria como incapaz, cabível de uma interdição?

Ele “prefere” o sim. Que parece favorável às ofertas recebidas, mas sugere também um modo de "encurtar a prosa". Na despedida, já no portão, apenas nos diz: “Minha vida está por um fiapo!”. O que neste encontro produziu essa enunciação?

A política de assistência social tece sua rede de serviços a partir do diagnóstico de vulnerabilidades socioterritoriais. Este senhor reúne algumas condições que o elevam à condição de vulnerável social, visto que é idoso, alcoolista e apresenta dificuldades de saúde que comprometem sua locomoção e autonomia. Ele precisa, segundo as normativas desta política, ser enquadrado em um serviço, “ser” restituído a uma cidadania, ou simplesmente ter comprovada sua impotência. O Manual de Orientações Técnicas (2012) para atuação no CRAS nos dá uma pista:

O acompanhamento [...] é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: 2012, p.50).

Desta forma, constrói-se em meio aos manuais e conceitos apresentados uma institucionalidade da vulnerabilidade que dá sustentação às práticas agenciadas pelos profissionais atuantes no CRAS. A vulnerabilidade ganha vida e institui vidas. Mas ele afirma: “Minha vida está por um fiapo”. Entrelaçados pelo dito e pelas assertivas proclamadas pela política de assistência social, problematizamos o caráter paradoxal da afirmação: “Minha vida está por um fiapo”.

Fiapo como degradação da vida biológica e/ou afirmação de um projeto outro de vida? O que nos diz sua fala: "Minha vida está por um fiapo!" e o repetitivo balançar de cabeça? Trata-se da fragilidade de suas condições e modo de vida ou, talvez, diga

dos riscos que o colocamos ao inseri-lo nesta rede tutelar socioassistencial? No que tantas propostas e perguntas esfiapam seus respiros, provocando a gesticulação automática?

Vidas-fiapo tensionam a Política de Assistência Social em seus dispositivos de qualificação da vida dos “assistidos”. Nestes tensionamentos é que pensamos tal política, atentos ao que está para além e aquém dos efeitos produtores de gesticulação automática.

Consideramos, portanto, importante compreender as práticas da assistência social em seus ‘fiapos’ constituintes, atentos a como ela responde às indeterminações da vida e como esta resiste às suas determinações.

A Assistência Social é acionada numa complexa relação de forças, uma rede produtora de práticas e de vidas demandantes. Ela emerge junto mesmo daquilo que produziu o social como questão, associada a toda uma gama de problemas político-subjetivos referentes a um modo de produção econômico. Eram precisos, portanto, dispositivos de controle da vida qualificada como indisciplinada, desempregada, arruaceira, vagabunda e sem limites.

Sendo assim, a Assistência Social modula-se para dar conta desta demanda que individualiza/naturaliza os ditos problemas sociais do capitalismo. Ela precisa produzir no velho uma necessidade de dependência e tutela. Espera-se dele um consentimento, e da assistência social a visibilização de sua falha moral, orgânica e de sua fragilidade, qualificando-se, assim, “a vida como fiapo”; em “fiapo” de morte.

2.2. Da Assistência Social

Tomamos aqui a assistência social como prática, visto que agencia dispositivos discursivos e não discursivos que produzem objetos sobre os quais ela opera. Tal prática assume diferentes configurações na medida em que as relações de poder se modulam. Portanto, a assistência social pode assumir vieses filantrópicos e/ou ser compreendida como política de estado, dependendo das alianças que são forjadas em meio àquilo que é objetivado como problema e questão social.

Neste quadro, tomaremos de empréstimo algumas discussões de autores que vêm pontuando a assistência social em seus diferentes aspectos constitutivos, tanto numa abordagem político-econômica do social (como campo de intervenção) quanto nos processos de subjetivação que se efetivam em seu exercício.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), autoras do serviço social, cabe compreendermos a caracterização da formação do capitalismo no Brasil para se pensar o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais em nosso país. Estas se deram de maneira díspar em relação aos países europeus, já que não fomos o berço da Revolução Industrial e, portanto, as relações sociais pautadas num modo de produção capitalista desenvolveram-se também de maneira diferenciada, remontando ao final do século XIX.

Podemos afirmar, com isso, que a constituição das políticas sociais apresenta tensionamentos que se singularizam em meio a processos de subjetivação e políticas socioeconômicas marcados pela complexa dinâmica dos movimentos internos da economia e sociedade brasileiras.

As autoras destacam que o colonialismo e o imperialismo são momentos importantíssimos da formação político-econômica brasileira, caracterizando uma sociedade e uma economia que se organizam para fora, conformando sua economia a interesses e mercados estrangeiros. Além disso, o escravismo figura-se como aditivo de extrema importância, visto que foi agente de desqualificação da condição de trabalho nas relações sociais.

Há a produção de uma nova configuração do capitalismo a partir da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas unidades agrárias, num complexo equacionamento de uma lógica escravocrata por dentro deste capitalismo emergente que mantém importantes elementos e modos do trabalho escravo.

Contudo, a forte pressão do mercado internacional pelo fortalecimento do consumo e reconfiguração das estruturas capitalistas e liberais foi decisiva, segundo as autoras, para promover a ruptura com a dita aristocracia agrária, na direção da construção de uma nova sociedade nacional. Porém, segundo as autoras, esse movimento é marcado pela ausência de compromisso com qualquer defesa mais concreta dos direitos sociais, “fato que é fundamental para pensar a configuração da política social no Brasil.” (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 73).

Na verdade, o liberalismo é filtrado pelas elites nativas por meio de uma lente singular: a equidade configura-se como emancipação das classes dominantes e realização de um certo status desfrutado por elas, ou seja, sem incorporação das massas [...] o Estado é visto como meio de internalizar os centros de decisão política e de institucionalizar o predomínio das elites nativas dominantes, numa forte confusão entre público e privado [...] (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 73).

De acordo com as autoras, o liberalismo no Brasil é uma espécie de “comédia ideológica”, tendo em vista uma formação econômico-social pautada no clientelismo e

escavidão. Contudo, seria inevitável o discurso liberal num país que acabara de “realizar a Independência (1822) partindo dos preceitos da Revolução Francesa e com articulações econômicas claras com o mundo do capital” (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 74).

A configuração das estruturas capitalistas no Brasil é marcada por um estreitamento do dinamismo do mercado interno, impedindo o crescimento a partir de dentro. Prevaleram os interesses da agroexportação, tendo a nova racionalidade modernizadora forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária, e não contra ela.

A presença do trabalho escravo teve impactos importantes na configuração do trabalho livre e nas possibilidades políticas de uma participação mais concreta do movimento operário, tendo em vista a existência de um mandonismo e paternalismo preponderantes, como se o trabalho livre fosse uma prolongação do trabalho escravo.

Tal situação, conforme nos explica Behring e Boschetti (2011), retardou a ação política dos trabalhadores livres no Brasil, cujas primeiras manifestações datam do início do século XX. “Estas, quando se colocam mais adiante na cena política, extrapolando o mandonismo e paternalismo tradicionais das elites, serão tratadas a partir da repressão policial e da dissuasão político-militar” (idem, p. 77).

Partindo de outra perspectiva de análise, que não coteja principalmente os movimentos que tiveram lugar na história oficial, Lobo (2008) afirma que é neste período (início do século XX) que a elite brasileira começa a atentar para os riscos que o sistema de trabalho nas fábricas (inaugurado pela adaptação ao capitalismo ocorrida no Brasil) permitia emergir, em função da resistência dos operários através de greves e paralisações.

Desta forma, “era preciso ir além da disciplina estrita, da vigilância despótica sobre o comportamento operário e da aliança com a força policial” (LOBO: 2008, p. 337), já que até o final do século XIX, pobreza, ineficiência para o trabalho, infância, maternidade etc. ainda não eram consideradas questões a serem controladas pelo Estado ou objeto das estratégias médico-filantrópicas. Sendo assim, uma nova estratégia de controle dos corpos emerge:

Atingir a criança, o futuro trabalhador, higienizar os hábitos maternos, interferir nas relações familiares e no espaço doméstico foi uma tática bastante eficaz não só para prevenir novas transgressões, como para abrandar as rebeliões dos adultos às imposições dos patrões e evitar que as associações de autoproteção ao desamparo do trabalhador ganhassem caráter combativo de defesa e conquista de seus interesses. A intervenção era feita através de visitas domiciliares. Ao contrário da caridade, que levava à casa do pobre o pão para os que tinham fome e a palavra de Deus para os espíritos famintos, as visitadoras distribuíam conselhos de moral e higiene e propagavam os princípios da obra filantrópica. Enquanto o Estado não assumiu a responsabilidade pela assistência, a filantropia, atuando praticamente sozinha, viveu dos corações generosos dispostos a manter suas obras (LOBO: 2008, p.337).

Donzelot (2001), ao analisar, na França, a emergência do social como foco de preocupação do Estado, nos ajuda a pensar que há uma tendência, iniciada no século XIX, de se governar famílias e indivíduos a partir de um polo assistencial filantrópico (uma conjugação entre o Estado liberal e a capilarização de técnicas de gestão populacional), que, através de bons conselhos, tornaria os indivíduos autônomos e economicamente moralizados.

Um Estado liberal demanda a liberalização de sua população, para que esta seja autônoma, se libertando dos blocos de dependência dispendiosos para o Estado, bem como a garantia de comercialização e circulação de capital. O autor comenta:

[...] há o polo assistencial que se apoia nessa definição liberal do Estado, remetendo para a esfera privada as demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência. Portanto, um polo que utiliza o Estado como meio formal de divulgar certo número de conselhos e preceitos de comportamento a fim de transformar uma questão de direito político em questão de moralidade econômica. [...] nós forneceremos os meios para serdes autônomos através do ensino das virtudes da poupança e, de nossa parte, o mínimo direito será sancionar, através de uma tutela cuidadosa, as demandas de ajuda que ainda poderíeis solicitar, já que elas constituiriam o indício flagrante de falta de moralidade (DONZELOT: 2001, p. 56).

No Brasil, ganha força desde o final do século XIX os ditames de uma política econômica liberal que tensiona os modos de organização político-econômicos, pautados numa centralização estatal, e as relações sociais, ainda escravocratas, vigentes na sociedade brasileira. Tais tensionamentos se ancoram nos princípios de livre mercado, meritocracia e direito à propriedade privada, tendo como importante aliada a medicina social, via saber médico, que se dissemina pelo tecido social (FOUCAULT: 2011), introduzindo paulatinamente sua função normalizadora em estrita articulação com o Estado. Inaugura-se, portanto, uma ação mais contínua e eficaz, adequada às novas relações capitalistas, possibilitando uma qualificação técnico-científica dos corpos, seus comportamentos e eficácias/ineficácias.

A função normalizadora institui curvas de normalidade a partir das quais se operam normas, ou seja, constrói-se um dispositivo de controle das subjetividades que se formaliza em meio às séries aleatórias do comportamento humano. Da “natureza” humana, emergem índices que distribuem os modos de vida em categorias menos ou mais favoráveis, concebíveis ou não concebíveis num modo de produção político-econômico capitalista.

[...] vamos ter uma identificação do normal e do anormal, vamos ter uma identificação das diferentes curvas de normalidade, e a operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de

normalidade funcionarem uma em relação às outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis. Temos portanto aqui uma coisa que parte do normal e que se serve de certas distribuições consideradas, digamos assim, mais normais que as outras. São essas distribuições que vão servir de norma. [...] O normal é que é primeiro, e a norma se deduz dele, ou é a partir desse estudo das normalidades que a norma se fixa e desempenha seu papel operatório. [...] não se trata mais de uma normação, mas sim, no sentido estrito, de uma normalização (FOUCAULT: 2009, p.83).

Como dissemos acima, o discurso médico foi um grande aliado desta função normalizadora. No caso brasileiro, a partir do final do século XIX e início do século XX, a medicina sofreu influências das teorias eugênicas (Francis Galton) e da degenerescência (Morel), pautadas no darwinismo social, que propunham serem as determinações hereditárias não apenas dadas por traços físicos, mas também pelas capacidades mentais e morais do indivíduo e sua família. Portanto, seria necessário garantir proles mais sadias e o aperfeiçoamento da espécie em seus cruzamentos visando a correção moral dos desvios que a própria civilização estaria provocando na “evolução natural” da espécie.

Diversas interpretações da teoria de Darwin foram empregadas na análise das sociedades humanas e dos indivíduos, servindo para justificar diversas formas de dominação. [...] eis o caminho do darwinismo social. A ele, combinou-se a teoria das degenerescências, e a fatalidade da evolução humana acabou sendo substituída pela fatalidade degenerativa (LOBO: 2008, p. 112).

Há, contudo, conforme exposto anteriormente, uma associação do poder médico com as obras filantrópicas no intuito de garantir maior legitimidade às intervenções pela caução das verdades científicas. Recai sobre o assistido todo o peso dessas verdades, que o qualificam e intentam transformar seus modos de vida para que não venham a “degenerar a espécie humana” e desmoralizar a racionalidade econômica do

liberalismo, pautada pelo livre comércio e individualização/naturalização dos problemas sociais.

Lobo (2008) indica que a questão primordial que se colocava naquele momento no país estaria em proporcionar ao Estado uma administração mais eficaz sobre a pobreza, e não uma mera apropriação, através da delegação desta incumbência à iniciativa privada.

Liberar a assistência à iniciativa privada, incentivá-la com subsídios, manter a racionalidade do equilíbrio entre ricos e pobres, mesmo que para isso seja necessário aumentar ainda mais o fosso que os separa – eis a tática do Estado liberal que, usando artifícios sempre mais sofisticados, se consolida no Brasil (LOBO: 2008, p. 339).

Junto à fecundidade do movimento médico-filantrópico, temos, a partir do início do século XX, as primeiras iniciativas de legislações voltadas ao mundo do trabalho, bem como lutas por direitos civis advindas de um certo modo de organização da classe trabalhadora, que alcançou, dentro de uma linguagem hegemônica do poder, uma legitimidade (BEHRING; BOSCHETTI: 2011).

Por um lado, os direitos sociais, sobretudo trabalhistas e previdenciários, são pauta de reivindicação dos movimentos e manifestações da classe trabalhadora. Por outro, representam a busca de legitimidade das classes dominantes em ambiente de restrição de direitos políticos e civis – como demonstra a expansão das políticas sociais no Brasil nos períodos de ditadura (1937-1940 e 1964-1984) (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 79).

Neste quadro, podemos observar que as medidas esparsas e frágeis de proteção social no país, até a década de 1930, estiveram pautadas num quadro restritivo de acesso a direitos e no deslocamento da execução das políticas sociais à iniciativa

privada, características estas persistentes e que nos ajudam a pensar também as práticas socioassistenciais contemporâneas.

É importante compreendermos que no contexto do final do século XIX e início do século XX, o liberalismo “à brasileira” não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação. “Essa situação começa a se alterar nos anos 1920 e sofrerá mudanças substanciais a partir dos anos 1930” (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 81), já que a economia e a política brasileiras foram fortemente abaladas pelos acontecimentos mundiais das três primeiras décadas do século XX, e mais ainda depois da crise de 1929-1932, quando se abre uma época de expansão acelerada das relações capitalistas no Brasil.

O movimento de 1930, que tinha por base a insurgência de uma elite ligada ao café, em seus preceitos de flexibilização econômica, industrialização, urbanização, ‘aburguesamento’ dos modos de vida e que precipitou com a ascensão de Getúlio Vargas⁷ ao poder, “foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no Brasil” (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 105).

Contudo, tal proposta modernizadora não comportou procedimentos decisórios democráticos, visto que as mudanças desencadeadas a partir daí se deram sob uma ditadura, num processo de modernização conservadora. Ficaram pendentes, portanto, a regulamentação do trabalho e o enfrentamento dos problemas sociais, até então vistos como questão médico-filantrópica e policial.

⁷Getúlio Vargas foi presidente do Brasil em dois períodos: o primeiro, por 15 anos (1930-1945) ininterruptos, e o segundo, quando foi eleito por votação direta, do ano de 1951 a 1954.

Nesse sentido, o governo Vargas também enfrentou com a polícia os agrupamentos mais radicalizados do movimento operário insurgente. Porém, a partir de 1935, foi possível combinar essa atitude com uma forte iniciativa de regulamentação das relações de trabalho no país, neutralizando, desta forma, os conflitos gerados pelas condições de trabalho.

Esse esforço regulatório inicial, segundo Behring e Boschetti (2011), pode ser caracterizado como os anos de introdução da política social no Brasil, com características muito particulares pautadas pela fragmentação e corporativismo, distante da perspectiva de universalização do acesso aos serviços socioassistenciais, previdenciários e de saúde.

No que se refere à Política de Assistência Social, Draibe e Aureliano (*apud* BEHRING e BOSCHETTI: 2011, p. 107) consideram que “é difícil estabelecer com precisão o âmbito específico dessa política no Brasil devido ao caráter fragmentado, diversificado, desorganizado, indefinido e instável das suas configurações”.

Contudo, Behring e Boschetti (2011) assinalam que uma certa centralização se inicia, em âmbito federal, com a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, cuja criação esteve focada no atendimento às famílias dos pracinhas envolvidos na Segunda Guerra, sendo coordenada pela primeira-dama, Sr^a Darci Vargas, o que denota características de tutela e clientelismo na relação entre Estado e sociedade no Brasil, as quais transversalizam os processos de constituição das políticas sociais no país.

A LBA oferecia diferentes serviços, pautados no atendimento médico-social e materno-infantil; distribuição de alimentos para gestantes, crianças e nutrízes; assistência a crianças através de creches e abrigos; qualificação e iniciação

profissional; liberação de instrumentos de trabalho; orientação jurídica para regularização e registro de entidades; programas de geração de renda; assistência ao idoso e portadores de deficiência e programa nacional de voluntariado, que se caracterizavam por sua focalização, diretividade e pontualidade.

Segundo Spozati (2006), a Era Vargas (1930-1945) possibilitou o fortalecimento destas práticas clientelistas, tutelares e filantrópicas, visto que as incorpora aos mecanismos de Estado. Sendo assim, foi aplicado o modelo de subsidiariedade com a presença central de atores que não correspondiam ao poder público/governo, onde o Estado praticava a doação de subvenções. Paralelamente à LBA, há a criação da escola de Serviço Social e uma maior racionalidade técnica dirigida ao campo social.

Posteriormente, a LBA vai se configurando como instituição articuladora da assistência social no Brasil, com uma forte rede de instituições privadas conveniadas, mas sem perder essa marca assistencialista, fortemente seletiva e de primeiro-damismo, o que só começará a se alterar muito tempo depois, com a constituição de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 108).

Após a Era Vargas, é na ditadura militar que a política social insere-se em uma nova fase, “aliando o pacto social-democrata (sem os consensos produzidos nos anos de crescimento na Europa e Estados Unidos através do *Welfare-State*⁸) e uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho que ampliou o mercado interno – muito embora aquém de suas possibilidades – com uma política

⁸ O *Welfare-State* (Estado de bem-estar social) configura-se por uma “gama de reformas sociais intrínsecas ao capitalismo, sob a pressão dos trabalhadores, com uma ampliação sem precedentes do papel do fundo público, desencadeando medidas de sustentação da acumulação, ao lado da proteção ao emprego e do atendimento de algumas demandas dos trabalhadores” (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 149).

social exercida de maneira tecnocrática e conservadora” (BEHRING; BOSCHETTI: 2011, p. 135), através da modernização do aparato varguista.

Portanto, as práticas socioassistenciais no Brasil, até a constituinte de 1988, não possuíam a conotação de direito social. Tais práticas eram dispostas, em sua maioria – durante o século XX –, por instituições religiosas e, em seguida, organizações privadas que realizavam algum tipo de trabalho voltado para uma camada miserável da população, através de ações de filantropia respaldadas e financiadas pelo Estado.

A partir da década de 1980 inicia-se o processo de democratização da sociedade brasileira, sinalizando para um novo desenho da Constituição a partir de políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática.

As experiências descentralizadas no campo da saúde começam a ganhar força, principalmente com a experiência da reforma sanitária, que traria um novo paradigma para o cuidado em saúde. Neste novo paradigma, ganham centralidade os conceitos de prevenção, promoção em saúde, a concepção de territorialização da assistência e controle social via participação popular, cujo exercício se dá através da construção de conselhos constituídos pela população que poderiam propor a melhor forma de gerenciar o seu cuidado.

Assim, a Assistência Social começa a ganhar terreno para ser concebida como política pública estatal. Passa a ter unidade de ação, porém, como veremos à frente, permanece sendo focalizadora e meritocrática.

Com a constituinte de 1988, ocorre a institucionalização da Política de Assistência Social como componente da Seguridade Social, junto à Saúde e

Previdência Social. Em seu artigo 204, a Constituição Federal/1988 propõe o novo modelo da Assistência Social federativo:

1. Descentralização político-administrativa;
2. Normatização federal;
3. Coordenação tripartite;
4. Execução de programas;
5. Execução operada por gestor estadual, municipal e por entidades beneficentes e de assistência social;
6. Participação da população por meio de organizações representativas;
7. Políticas formuladas e com controle em todos os níveis;
8. Recursos financeiros da Seguridade Social.

Porém, no artigo 203 da CF/88, a assistência social surge como uma política social que “será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social”. Ou seja, ao seu caráter público e universal é aberta uma exceção, uma especificação do público a se atender.

Tal afirmação abre brechas para promover aproximações entre as práticas engendradas desde o período pré-republicano até meados do século XX, assumindo a gestão democrática e participativa um lugar secundário na condução da política pública.

Segundo Behring e Boschetti (2011), a partir dos anos 1990, houve o desmonte das políticas sociais de caráter universalista, numa espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação à lógica do capital, através da adequação das políticas sociais a medidas pragmáticas e imediatistas, tornando o Estado organismo centralizador e unificador das “práticas”, mas não efetivamente executor, sendo delegada tal função ao terceiro setor /iniciativa privada e/ou financiando e executando

de maneira sucateada as políticas sociais, especialmente a Política de Assistência Social que esteve vinculada à LBA até meados da década de 1990.

Esta pequena introdução não pretendeu de forma alguma esgotar as discussões sobre o processo de constituição da Assistência Social, apenas apresentar elementos que a configuram como uma política formatada hibridamente, já que, segundo Manolo (2010):

Essas práticas de assistência, grosso modo, não se colocam no tempo e no espaço de forma exclusiva. Como dissemos anteriormente, as práticas de auxílio momentâneo ainda persistem como forma de assistir, bem como, os bons conselhos. Ainda que cada vez mais a Assistência Social caminhe para uma tentativa de garantir os chamados direitos sociais, as práticas ditas assistencialistas, e também as de aconselhamento e normatização da vida, perduram como formas de assistir. Não há unidade em termos de práticas na Assistência Social, e são diversas entre si as práticas que a caracterizam (MANOLO: 2010, p. 53).

Sendo assim, falar sobre este processo é uma tentativa de localizar a Assistência Social a partir das forças paradoxais que compõem este campo e dos discursos que a transformaram e transformam continuamente.

Com isso, pretendemos apresentar de forma sucinta um dos modos possíveis de sua operacionalização na atualidade conforme a Política Nacional de Assistência Social (2004)⁹, que vem sendo formatada a partir de um Sistema Único que prevê o

⁹ Cabe ressaltar que na Constituição de 1988, a assistência social foi inserida como política pública componente do tripé da seguridade social, junto à saúde e previdência social. Porém, ela ganha contornos a partir da delimitação de suas diretrizes, princípios e objetivos no ano de 1993, quando é aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742/93). No ano de 2004, há a proposição da Política Nacional de Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que foi aprovada no mesmo ano pelo Conselho Nacional de Assistência Social – através da resolução 145 de 15 de outubro de 2004 – que intenta construir o desenho da assistência social na perspectiva da implementação do Sistema Único da Assistência Social, bem como materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social. Contudo, apenas no ano de 2011, o SUAS é legalmente aprovado como sistema operador e organizador da política de assistência social em âmbito federal.

atendimento integralizado e em diferentes níveis de proteção, além de ser uma política setorial que é ao mesmo tempo universal e focalizada.

Tais níveis de proteção seriam: o básico (O CRAS), onde se preveniriam situações de risco; e o especial (CREAS)¹⁰, dividido em média e alta complexidade, onde aquele (CREAS) voltado para o acompanhamento de situações em que já ocorreram violação de direitos, mas sem rompimento de vínculos familiares; e o último nível (PAI)¹¹, onde estes já ocorreram.

Tais níveis se esquematizam desta forma hierarquizada e acabam por ganhar uma conotação segmentada, dicotomizada, como se a realidade pudesse ser recortada e localizada a partir de ocorrências estanques, o que de certa forma garante o 'bom funcionamento' da máquina burocrática em suas diferentes emergências – encaminhamentos, registro de atividades, quantificação do fazer, intersetorialidade, etc.

A tal perspectiva que possibilita a resolução de situações de risco em níveis hierarquizados, também se atrela o conceito de território, que, conforme a PNAS/2004, é base para a organização do Sistema Único de Assistência Social. Esta organização se dá através dos indicadores socioterritoriais disponibilizados pelo IBGE, no que tange à disposição demográfica e as taxas de desigualdade socioterritoriais. Assim como dos registros presentes nos equipamentos já instituídos nos municípios, como Conselhos Tutelares, Estratégia Saúde da Família, Ministério Público, dentre outros.

Na perspectiva da Assistência Social, o reconhecimento desta realidade permite pautar o que o Estado considera como espaços vulneráveis, territórios de risco e que

¹⁰ Centro de Referência Especializado da Assistência Social.

¹¹ Programa de Acolhimento Institucional.

demandam a existência de braços do Poder Público para dar conta das “desigualdades” e dos comportamentos variantes.

Se a política de Assistência Social se insere de forma a atender aqueles que dela necessitam, sendo os “necessitados” muito bem demarcados num campo social específico, no qual se naturaliza a miséria e se cristalizam práticas de tutela, subordinação e conscientização sobre os sujeitos que a priori desconhecem seus direitos – em que medida se pode reivindicar a participação ativa dos usuários na construção de uma política que fora formatada depreciando a capacidade intelectual, política e negociativa dos mesmos?

CAPÍTULO 3

“NÃO CONTA PRÁ NINGUÉM, TÁ?”

Entre indicadores sociais e regimes de verdade

O vulnerável é integrador de diferentes qualidades e agregador de diferentes demandas (conforme nos indica a Política Nacional de Assistência Social). A eles são ofertados diferentes dispositivos para resolver diferentes problemas que produzem uma infinidade de públicos-alvo, podendo um indivíduo reunir diferentes quesitos que o tornam vulnerável.

Aqui a cena começa em um atendimento no CRAS, público-alvo: adolescente, pobre e usuário de drogas.

A partir de busca ativa de usuários do Programa Bolsa-Família¹² para inclusão em serviço para jovens, começamos a atender um casal de adolescentes que residia no território de abrangência do CRAS. Após várias tentativas de visitas domiciliares, que não se efetivavam em função de esquivas e fugas dos adolescentes – abandono da casa ao ver o carro do CRAS se aproximando e/ou se passando por outras pessoas – conseguimos, enfim, conversar. Nesta conversa, aparecia um pedido insistente: “Não conta prá ninguém, tá? Eles encham o saco.”.

As fugas da casa se davam em função de um modo de vida ilegal: dois adolescentes morando juntos como um casal, sendo que um deles estava distanciado de sua família que residia em um município vizinho. O modo de vida deles era a ‘encarnação’ da vulnerabilidade, que de acordo com as prerrogativas da política de

¹² A busca ativa se dava a partir de documento impresso pelo setor do Programa Bolsa-Família em que continha relação de adolescentes de 15-17 anos e seus responsáveis, visto que os usuários do referido programa são reconhecidos como público-alvo prioritário dos serviços socioassistenciais.

assistência social, demandava correções e sistemáticas intervenções sobre tais corpos. Um caso a se discutir que minimamente requereria a construção de práticas intersetoriais (saúde, educação, rede de serviços socioassistenciais/CREAS e conselho tutelar) para dar conta de sua complexidade.

No acompanhamento de suas histórias, seja pelo contato com um uso prejudicial das drogas (de acordo com a fala dos mesmos), seja pela lida cotidiana com práticas de violência intrafamiliar, percebíamos que o encontro desses dois jovens e a decisão de viverem juntos possibilitou a reinvenção de suas vidas.

Receavam serem 'dedurados' e caírem na rede de práticas que os visibilizam como risco, produtora de discursos/práticas acerca de suas vidas que as qualificariam como problema a ser resolvido. Esta visibilização demandaria, portanto, atitudes pró-ativas para resolução e enquadramento desse modo de vida em serviços socioeducativos. Tal receio/desconfiança por parte dos adolescentes, frente aos possíveis efeitos de nossa conversa, trazia a possibilidade de não nos encontrarmos mais.

Foi na escuta do "mas te peço, não conta pra ninguém, tá? Eles enchem o saco" que paradoxalmente se iniciou uma relação de cuidado. Não contar implicava entender que o modo como organizavam suas existências, compreendidas como vulneráveis, era uma afirmação de vida em sua abertura às imprevisibilidades. Afinal, o que esta demanda nos trazia não dizia respeito ao acobertamento de um segredo com os adolescentes, mas a um movimento de resistência frente ao risco de serem 'devolvidos' às suas antigas histórias e terem suas vidas tuteladas e despotencializadas.

E nós, equipe do CRAS, a que vínhamos? Que alianças fazíamos com o (ar)risco?

Na perspectiva da Política Nacional de Assistência Social e seus dispositivos, urgia uma reação pedagógica, denunciadora e culpabilizadora, visto que seria preciso domar todo o risco de variabilidade comportamental, esquadrihando-o em dispositivos de cuidado que distribuiriam os jovens em diferentes serviços de fortalecimento de vínculos. Estes preconizam a garantia da aquisição de potencialidades que iriam de encontro a modos de vida ilegais e clandestinos.

Segundo o Traçado Metodológico do Programa ProJovem Adolescente – um dos projetos ofertados a adolescentes no âmbito do SUAS –, seria necessária a seguinte intervenção:

O serviço socioeducativo se coloca como mediador das relações que os jovens estabelecem entre si, com a família, com a comunidade e com as instituições, contribuindo para a construção de relações afetivas e vínculos estruturantes, reduzindo vulnerabilidades e promovendo potencialidades (2009, p. 24).

Contudo, seguir esta prescrição na cena em questão implicaria obstruir a força desses “ilegalismos e clandestinidades” como exercício ético-político de afirmação da existência daqueles adolescentes.

O modo prescrito na abordagem desta situação transforma ‘cena’ em caso, prenhe de indicadores sociais que sinalizam e confirmam vulnerabilidades/riscos sociais, violência e insegurança.

Foucault (2009) nos explica que a noção de caso começa a aparecer em meados do século XVIII, quando diante da complexa emergência da população¹³ como problema urbano (a ser governada em suas diferentes demandas), foram produzidos

¹³ A complexa emergência da população será melhor discutida no capítulo subsequente.

índices de uma curva padrão, em que se aglutinavam os diferentes fatores constitutivos do corpo social em sua naturalidade. É possível, portanto, “individualizar o fenômeno coletivo da doença, ou coletivizar, mas no modo da quantificação, do racional e do identificável, de coletivizar os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais” (FOUCAULT: 2009, p. 79).

Estes índices, quando interpretados, tornam-se ferramentas para governar essa massa global. Contudo, esses mesmos índices investidos de coletividade, numa perspectiva globalizante, também mensuram os riscos de um indivíduo, família ou território vir a se tornar doente e/ou perigoso. Emerge a ideia de caso como a encarnação de qualidades coletivas num corpo individual; este passa a ser analisado como espécie, e em assim sendo, possui características gerais: o caso individual calcado na generalidade de sua espécie.

A encarnação da cena como caso/quadro social requer de nós, profissionais, uma tomada de posição pedagogicamente conciliável, na qual diferentes práticas discursivas demandariam: dar-lhes limites, garantindo que fossem cumpridos (“vocês não podem transar, nem escolher sozinhos seus caminhos”) e fazer valer um certo estado de coisas já imperioso, em que os responsáveis legais são maiores de dezoito anos, de preferência seus pais. Ou então, poderíamos “fechar os olhos” diante do que nos víamos convocados: “se é assim que vocês querem, tudo bem, são uns pobres, ferrados, para que recorrer a diferentes dispositivos e garantir direitos? – já não têm jeito”. Agir desta forma seria, para nós, afirmar “a outra face da mesma moeda”, qual seja: naturalizar a pobreza como sinônimo de risco/perigo e selar destinos.

Entretanto, algo naquele encontro desconcertou e nos desconectou das normativas e dos indicadores que os transformava em caso social. Dissemos, meio que

por acaso, no susto: “tá bem, não contamos.”. Intuímos que notificar suas histórias nos registros formais poderia matar os movimentos de vida que compareciam em nossas conversas. Ao contrário, construímos como equipe estratégias para o acionamento das redes socioassistencial e de saúde mental buscando construir parcerias sensíveis e uma escuta aberta à complexidade da demanda dos adolescentes.

O que experimentamos no acionamento dessas redes?

Em conversa com profissionais da saúde mental, que ocasionalmente cuidaram da família deste adolescente, foi dito haver um certo padrão que se repetia na organização familiar, um padrão adoecido, algo que não varia. Questionamos se a posição assumida pelo menino não seria potente, visto que os mesmos afirmavam e se responsabilizavam a todo momento pela opção de um outro modo de vida. Compareciam sempre às reuniões do Programa ProJovem Adolescente, participavam e nos procuravam quando se viam em situações de que “não davam conta”. E nesta conversa, ouvimos da psicóloga: “isso só demonstra a doença; ele se coloca no lugar do responsável legal, usurpa o papel que seria de seu pai ou de sua mãe.”.

No contato com a equipe do CREAS, surpreendentemente, foi possível construirmos estratégias coletivas em que as demandas apresentadas pelos meninos puderam ser acolhidas de uma outra maneira, produzindo-se um cuidado que fez uso da rede familiar e socioassistencial de um modo não judicializante¹⁴.

Nossa decisão de “não contar pra ninguém” afirmou e convocou, em nós, profissionais, uma disponibilidade ao risco e a assumir lidar com as consequências que

¹⁴ O que aqui queremos sinalizar diz respeito ao não submetimento da situação de vida vivida pelos adolescentes como caso de justiça.

as práticas tutelares agenciadas pela instituição¹⁵ vulnerabilidade/assistência social poderiam nos submeter, dentre elas a possibilidade de sermos acusados de negligência ou omissão frente aos órgãos fiscalizadores das políticas destinadas a crianças e adolescentes.

Diferente do compartilhamento de um segredo intimista, experimentamos a solicitação como uma potente arma de fabulação, uma abertura de “possíveis” por entre as possibilidades ofertadas pela política. Ao dizermos sim para o improvável, apostamos em outros modos de funcionamento dessa política, que fragmentam o posto/disposto e que produzem força frente aos insuportáveis. Nesta experimentação, pudemos construir um cuidado que não se dispôs a uma unilateralidade moralista, mas a uma aposta ético-política de construção e responsabilização conjunta.

Não contamos para as “estatísticas” e, assim, iniciamos um processo de cuidado que levou em consideração a possibilidade dos mesmos gerirem as suas vidas e poderem confiar em nós para fabular novas invenções. Para além de uma rede fria, que tutela e constrange a vida, nosso encontro com estes adolescentes produziu uma escuta-experimentação acionadora de uma potente parceria na abertura a outros modos possíveis de existir.

Era insuportável para nós, era insuportável para eles. Insuportável cuidar de vidas que só poderiam ser de um jeito (homogêneas), insuportáveis as respostas prontas, acabadas e tão apaziguadoras que éramos tensionados a dizer. Era

¹⁵ Lourau (1993) nos indica que (uma) instituição não é visível, mas caracterizada por práticas que se constroem “na (e em) história” (p.11). Segundo o autor, “instituição não é um conceito descritivo; não designa coisas passíveis de serem vistas, sólidas, concretas [...] trata-se de um conceito produzido por (e para) análises coletivas”. (Lourau, 1993, p. 61)

insuportável para eles todo o aparato tutelar que os rondava mais uma vez: os conselhos tutelares, as escolas, os CRAS, tudo aquilo que os cobrava tino, juízo.

Os adolescentes reuniam, em seus modos de vida, índices que os qualificavam como vulneráveis. São características, modos de vida, formas discursivas que são centrifugadas pela instituição vulnerabilidade¹⁶, mas só por aqueles que os escutam dessa maneira; para aqueles que dizem não às suas solicitações e emudecem seus pedidos.

3.1. A produção de territórios, índices e indicadores de risco social e pessoal: por entre hibridismos dos saberes médico/psicológico/social

Tais índices, indícios vulneráveis, permitem que acionemos a pergunta que intitula essa pesquisa: “A que veio o CRAS?”. Propomos aqui o acionamento de sua agonística, e não a busca de uma resposta. Esta pergunta pode estar vinculada ao jeito com o qual se implementam os equipamentos da Política de Assistência Social nos territórios, quase que unanimemente respaldada em indicadores sociais que qualificam ou não determinado espaço geográfico a receber um CRAS.

Citamos a Política Nacional de Assistência Social/2004 para facilitar a compreensão:

[...] a Política Nacional de Assistência Social caracterizará os municípios brasileiros de acordo com seu porte demográfico associado aos indicadores socioterritoriais disponíveis a partir dos dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). [...] A construção de indicadores a partir dessas parcelas territoriais termina configurando uma medida de desigualdade intraurbana. Esta medida, portanto, sofrerá variações de abrangência de acordo

¹⁶ A discussão da vulnerabilidade social será aprofundada no capítulo a seguir.

com as características de cada cidade, exigindo ação articulada entre as três esferas no apoio e subsídio de informações, tendo como base o Sistema Nacional de Informações de Assistência Social e os censos do IBGE, compondo com os campos de Vigilância Social, locais e estaduais, as referências necessárias para sua construção. Porém, faz-se necessária a definição de uma metodologia unificada de construção de alguns índices (exclusão/inclusão social, vulnerabilidade social) para efeitos de comparação e definição de prioridades da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004, p. 45).

Tudo isso, de acordo com a PNAS/2004, garantirá maior capacidade gerencial nas três esferas de governo e o aprimoramento dos instrumentos de gestão, introduzindo o geoprocessamento como ferramenta da Política de Assistência Social para garantir a demarcação das populações e territórios vulneráveis.

Em novembro de 2011, foi publicado, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Manual de Instruções para o Registro das Informações Especificadas no CRAS e CREAS em conformidade à resolução nº 04/2011 da CIT (Comissão Intergestores Tripartite), que institui os parâmetros nacionais para o registro das informações relativas aos serviços ofertados nos CRAS e CREAS. Neste documento, está prevista a criação de um sistema operacional em que serão descritas de maneira objetiva as atividades realizadas em período mensal nos equipamentos municipais da Assistência Social.

Conforme o manual, os dados registrados devem produzir informações que auxiliem o planejamento e aprimoramento da oferta dos serviços no município. Dentre estas informações, constam: lista de famílias/usuários (com nome dos responsáveis) que ingressaram no acompanhamento de algum serviço ofertado nos equipamentos CRAS/CREAS; quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento socioassistencial; quantidade de famílias em extrema pobreza; famílias beneficiárias do Programa Bolsa-Família; famílias do Programa Bolsa-Família em descumprimento de

condicionalidades; bem como o tipo de solicitação efetuada pelas famílias e os encaminhamentos consequentes.

Além disso, o manual dispõe de uma ampla especificação referente ao modo de caracterizar e acessar cada modalidade de atendimento, especificando o que caberia a um atendimento individual, coletivo, ou a um acompanhamento familiar. O acompanhamento também possui definição, portanto, *a priori*, deveríamos encontrar os adolescentes e suas famílias com o seguinte objetivo:

[...] considera-se acompanhamento familiar no âmbito do PAIF ou do PAEFI aquele acompanhamento realizado por meio de atendimentos sistemáticos e planejado com objetivos estabelecidos, que possibilitem às famílias/indivíduos o acesso a um espaço onde possam refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações, sejam elas familiares ou comunitárias (2011, p. 2).

Todo este aparato conceitual, em suas definições claras que figuram um modo mecânico e tecnicista para atender as demandas heterogêneas que nos surgem, objetiva constituir um objeto pleno para a política de assistência social, visando, ainda que não explicitamente, a garantia de uma identidade, uma forma, tendências únicas, centralizadoras, dirigistas, planificadoras e tecnocráticas. Sendo assim, é possível justificar as ações que foram implementadas, bem como garantir a ampliação de suas redes de atuação.

As ações planificadoras e centralizadoras se complementam através do conceito de vigilância social, que, de acordo com a PNAS/2004, se configura como um instrumento eficaz para a organização do SUAS, visto que

refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que

incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida. [...] Os indicadores a serem construídos devem mensurar no território as situações de riscos sociais e violação de direitos (PNAS/2004, p.40).

Na citação abaixo, fica claro o que a PNAS/2004 considera como público-alvo de sua intervenção:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal decorrente de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do grupo familiar, grupo e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho forma e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS/2004, p.33).

Todos os índices são formados a partir da produção de um olhar, de um regime discursivo e de normalidade, em meio aos quais a vulnerabilidade é produzida como problema social. É necessário controlar, tomar o humano, a vida, em sua extensão numérica, lá mesmo onde é morta.

Castel (1987) nos ajuda a pensar que em meados do século XX, há uma mudança de paradigma nas práticas médico-psicológicas de cuidado no que se refere às intervenções terapêuticas diretas sobre o indivíduo. Ocorre uma subordinação da atenção profissional aos complexos mecanismos de gestão populacional que iniciam sua implementação através da informatização dos dados/índices acerca das variações do comportamento humano.

O saber médico-psicológico torna-se assim, o instrumento de uma política de gestão diferencial das populações mais do que o cuidado [...] Na medida em que esta orientação pode se apoiar ao mesmo tempo em tecnologias altamente sofisticadas como a informática, e numa nova administração da Ação Social

reorientada ao redor da prevenção sistemática dos riscos (CASTEL: 1987, p.101).

Emerge, portanto, uma gestão sistemática dos riscos sociais/pessoais como forma de operar o controle sobre os processos de subjetivação que ocorrem em meio aos modos de vida da população. O autor nos esclarece que tal perspectiva se tornou proeminente a partir da instauração de um novo dispositivo jurídico-administrativo, em meados do século XX: a deficiência.

Esta não se confunde absolutamente com o conceito de alienado, deficiente mental ou perturbado mental, mas realiza uma mistura de categorias heterogêneas: retardado, deficiente físico, inadaptado, diminuído, menor, enfermo, incapaz e desvalido.

Ou seja, a deficiência coloca em evidência as performances sociais, a eficiência ou ineficiência de determinada categoria para o trabalho, a escola etc. Ela produz e depende de medidas de eficiência do comportamento, tentando encontrar respostas objetivas para sua adequação social, quais sejam: operar a separação de certos grupos de alunos em salas especiais em função de sua inferioridade ou superioridade, criar vagas de emprego adequadas para aqueles que possuem algum tipo de defasagem, ou, conforme nos diz a política de assistência social, a qualificação de modos e condições de vida como vulneráveis e de risco.

Junto às práticas agenciadas em torno da deficiência, há toda uma afirmação de inclusão daqueles que por tanto tempo foram alienados da vida social, ou seja, há a promessa de desospitalização e despsiquiatrização daqueles que estavam condenados ao aprisionamento de um hospital psiquiátrico.

A atenuação daquilo que se chama deficiência se dá, portanto, através dos processos de aprendizagem, e não das terapias. Ou seja, “trabalho para os adultos, resultados escolares para as crianças constituem o duplo horizonte de valores de eficiência, a partir dos quais a deficiência se inscreve como falta” (CASTEL: 1987, p. 106).

Este novo dispositivo, portanto, não fala de uma patologia, mas de uma desigualdade; há sempre uma inferioridade medida, que é assimilada como um déficit social. As histórias das pessoas são naturalizadas, e aquilo que há de diferencial é enquadrado no amplo espectro da deficiência. Porém, muito embora haja esse compromisso com a despsiquiatrização, os diagnósticos médico-psicológicos continuam a servir de caução para um julgamento normativo. É preciso que se confirmem cientificamente as deficiências, para dar legitimidade aos discursos sobre as deficiências.

Sendo assim, os profissionais que atuam nesta frente acabam se tornando especialistas em determinado assunto, colaborando com a decisão de outras instâncias acerca da criação de normas ou com a alimentação de dados para um sistema informativo que acondiciona e produz índices e taxas de risco social/pessoal. O saber médico-psicológico-social serve, portanto, como “fundamento de legitimidade e de correia de transmissão num funcionamento institucional, cujo domínio lhe escapa completamente.” (CASTEL: 1987, p. 110).

Tais saberes se tornam acessórios, auxiliares de uma política administrativa completamente definida pelas exigências de gestão das populações e seus riscos decorrentes, riscos estes que podem ser qualificados como o perigo de determinados grupos se desviarem daquilo que foi traçado como a norma para o cidadão médio.

Hillesheim e Cruz (2008) nos alertam que a “noção de risco possibilita neutralizar a ideia de perigo, a partir da antecipação do mesmo e da vigilância sobre as situações que possam causá-lo” (p. 195), ou seja, ao lado de uma política que torna possível a mensuração da vida, também ficam evidentes práticas preventivas que se constituem pela antecipação de uma possível ocorrência de perigo.

Todos os índices e suas curvas de variáveis daquilo que pode incidir sobre um território ou indivíduos permitem fazer nascer um território vulnerável. Há uma sutil relação entre risco e vulnerabilidade, visto que, aqueles que porventura possam ser atingidos por riscos previstos numa equação matemática estão vulneráveis às suas ações, e portanto, estão suscetíveis às consequências de tais variáveis, tanto pessoal quanto coletiva.

O que opera aqui é uma lógica probabilística: quanto maior for a presença de fatores de risco, maior a vulnerabilidade desta população e, portanto, maior a possibilidade de ocorrência de algum dano, fazendo-se necessária a intervenção sobre o perigo, deslocando-o de uma ordem do imponderável e tornando-o passível de previsão e controle (HILLESHEIM; CRUZ: 2008, p. 196).

No momento em que se passa a considerar a vulnerabilidade como um processo e não um estado – incorporando a probabilidade de sofrer um dano por ocorrências inesperadas, sendo estas compostas numa lógica probabilística –, permitem-se intervenções com vieses preventivos.

A instituição vulnerabilidade conforma práticas que em seus atravessamentos interferem diretamente sobre os modos de vida dos usuários, pois, a “introdução da noção de vulnerabilidade abre espaço para a possibilidade de intervenção, isto é:

diminuindo-se a vulnerabilidade mediante ações mitigadoras, pode-se diminuir o risco e, conseqüentemente, o perigo.” (HILLESHEIM; CRUZ: 2008, p. 196).

As intervenções profissionais (médico-psicológicas-sociais) conformariam, antes de tudo, as categorias de indivíduos para assinalá-los a lugares precisos. O diagnóstico do especialista representaria, portanto, a radiografia científica de um processo de distribuição das populações – seus grupos e incidências de riscos – em circuitos especiais, localidades para o cuidado de cada especificidade em questão.

O CRAS poderia absorver, em certa medida, esses grupos, oferecendo núcleos de convivência e acesso a uma rede de assistência/acionamento das instâncias de controle: sejam as outras políticas sociais, os conselhos tutelares e de direitos e o judiciário. Institucionaliza-se uma certa perspectiva de direito social, que paradoxalmente operacionaliza/visibiliza a própria violação dos direitos.

A violação se torna imprescindível para o acesso ao direito, sejam pelos esquadrinhamentos que demarcam a incidência do risco (social, ambiental, geográfico), seja pelo risco do indivíduo/caso violar o seu direito ou o direito alheio. Forja-se, de maneira compatível, violação/garantia do direito; inseparável equação que dimensiona o corpo vulnerável, sua abstração ganha concretude a partir de suas falhas morais e dos delitos que porventura se lhe possam associar.

Retomando a cena: o adolescente, sua namorada e família ganham novos contornos no momento em que caem na rede, pois foram ‘auscultados’, e seus sintomas, fabricados e expostos; a violação já fora nomeada. Agora, é preciso tomá-los como estatística e domá-los, visto que encarnam o que fora abstraído pelas equações matemáticas, as mesmas que mensuram a vida/espécie: podem engravidar, traficar, se prostituir, ter overdoses, roubar, morrer, matar (?). Vidas produtoras de risco?

É preciso retomar os riscos que o modo prescrito de operar a assistência social insiste em sobressaltar para colocarmos em análise nossas posições, medos, constrangimentos, ressentimentos, aversões e fascismos. O que fazemos ali? A pergunta corta saberes, ameaça a estabilidade daqueles que se defrontam com o (ar)risco.

De que queremos nos prevenir quando nos deparamos com a vida em toda a sua indeterminação? Com o que as práticas psicológicas se aliam? Com a prevenção/controle do risco que o outro e suas práticas de diferenciação suscitam e/ou com a errância/imprevisibilidade que esfiapa as formas constituídas e esperadas de se viver?

Os verbos “matar”, “morrer”, “engravidar”, “traficar”, “prostituir”, “depende” etc. se aliam aos diagnósticos morais que institucionalizam a vulnerabilidade, que tornam o indivíduo, grupo e/ou território núcleos interventivos que se prestam a transitar num circuito especial: o dos especialistas da prevenção, em que toda a diferença, quando objetivada, pode dar lugar à constituição de um perfil ou perfis daqueles que podem vir a conjugar os verbos “depende”, ou “matar”, ou “morrer”, conjugações estas compreendidas como acionadoras de perigo.

As novas estratégias médico-psicológicas e sociais se pretendem sobretudo preventivas, e a prevenção moderna se quer, antes de tudo, rastreadora dos riscos. Um risco não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais impessoais ou fatores (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis. Pode haver aí associações de riscos, quer dizer, correlações de fatores independentes [...] (CASTEL: 1987, p. 125).

Tais estratégias empreendidas intentam operar um deslocamento do foco de uma gestão sobre um ato preciso para uma gestão de riscos, “no qual há uma mudança importante na concepção da natureza dos riscos, nos mecanismos de gestão das populações e as estratégias de gestão individuais” (HILLESHEIM; CRUZ: 2008, p. 193).

Estes mecanismos de gestão, ao partirem da configuração de indicadores sociais que permitem a criação de perfis humanos e de territórios demarcados por riscos iminentes, vulnerabilizam grupos/ famílias /indivíduos e num mesmo movimento objetivam as causas de tal vulnerabilização. Então, os riscos são nomeados, “indicados” e reconhecidos como promotores de déficits naquele segmento populacional. Assim, sendo as causas nomeadas, torna-se evidente a proposição de intervenções que modifiquem vidas, para que não venham a expressar riscos e/ou perigos para si e/ou para os outros, intervenções estas materializadas nos manuais orientadores da política de assistência social.

Assim, prevenir é primeiro vigiar, quer dizer, se colocar em posição de antecipar a emergência de acontecimentos indesejáveis (doenças, anomalias, comportamentos de desvio, atos de delinquência, etc.). Mas o modo de vigilância promovido por essas políticas preventivas é totalmente novo. [...] As novas políticas preventivas economizam essa relação de imediatismo, porque do que elas tratam, num primeiro tempo, pelo menos, não são indivíduos, mas fatores, correlações estatísticas. [...] Trata-se menos de afrontar uma situação já perigosa do que antecipar todas as figuras possíveis de irrupção do perigo. E, o que marca assim em oco o lugar do perigo é uma distância avaliável em relação às normas médias (CASTEL: 1987, p. 126).

A informática e o geoprocessamento, conforme constam na Política Nacional de Assistência Social, tornam possível constituir fluxos de população em seus perfis bem delimitados, não importando muito o critério de diferenciação utilizado: anomalias, deficiências, carências afetivas e/ou materiais, faixa etária, entre outros. Tal

procedimento informático dessubjetiva com o objetivo de apenas “reter dados abstratos interpretados como fatores numa série” (CASTEL: 1987, p. 130).

Desta forma, a intervenção profissional deixa de ser focada numa pessoa materializada para atingir um alvo abstrato, que são os fatores de risco que podem vir a construir um indivíduo e/ou grupo perigoso, ou seja: uma população de riscos que contém a virtualidade do perigo.

A partir daí, a presença real do suspeito, o contato direto com as populações a vigiar, não são mais requisitados. O espaço generalizado dos fatores de riscos está no espaço concreto da periculosidade ou da doença como os geômetras não euclidianos estão para a geometria euclidiana (CASTEL: 1987, p.132).

Podemos compreender, portanto, que a política de assistência social se operacionaliza a partir de indicadores e categorias forjadas num plano transcendente, anterior à própria experiência.

[...] uma população estatística objetivável, com base em critérios precisos. Eles engordam a onda diversificada de todos os que correm o risco de serem estigmatizados por suas diferenças. [...] Depois dos loucos, os delinquentes, os deficientes, os casos sociais e outros desviados diversos, em um novo conjunto, mais extenso, de contornos esmaecidos, de indivíduos vocacionados para uma vigilância especial, que pode desembocar num tratamento especial (CASTEL: 1987, p. 116).

Os serviços são ofertados a partir destas padronagens, nas quais indicadores sociais demonstram quantitativamente os níveis de escolaridade, gestação na adolescência, violência doméstica, trabalho infantil, beneficiários de programas de transferência de renda, pobreza e miséria.

Definem-se estas variáveis como promotoras de vulnerabilidade, negando-se, desta forma, as experiências intensivas em que são forjadas tais singularidades, assim

como a possibilidade interventiva da população na operacionalização dos serviços. O exercício desta engrenagem vulnerabiliza modos de existência, tornando-os faltosos e deficitários, produzindo, portanto, a necessidade de políticas públicas que promovam uma compensação desta falta, desta deficiência.

3.2. (Ar)riscando outros percursos como trabalhador social

Retorcer as curvas, deformar o metro-padrão: operações difíceis, que exigem coragem e atrevimento. Atrever-se como trabalhador, atrever-se como usuário, na 'burla' de uma política, de um modo de pensar política social, nos possibilitou uma aliança com a vida naquilo que ela traz como agonística, e não com o que nela agoniza.

Operar tal desvio é de certa forma romper com uma relação que objetifica usuários e profissionais da ponta, na produção de aberturas de sentidos outros para os encontros, tornando-os matéria-prima (ou matéria viva) das subjetividades que constroem esta política pública.

Tais questões permitem colocar em análise este modo de fazer política pública(?) respaldada em indicadores sociais – certas categorias que, através de uma operação estatística, sinalizam onde incidem os ditos “problemas sociais”. Problematizamos, desta forma, a montagem da Política Pública de Assistência Social a partir mesmo daquilo que a sustenta: os esquadrinhamentos produzidos por tais indicadores.

Através de práticas discursivas homogeneizadoras, toma-se como universal algo que é particular e se constroem conceitos como “risco pessoal” e “vulnerabilidade” para dar conta da supressão dos comportamentos que se consideram imperfeitos porque

desviantes. O mote é: prevenir através de ações focais para que não ocorram situações indesejáveis.

A pergunta, portanto, se torna relevante: Quem são os vulneráveis sociais? Aqueles que estão expostos a variáveis que poderão produzir riscos pessoais e/ou coletivos sendo localizáveis a partir da supracitada operação estatística de construção de indicadores sociais?

A que/quem servem os índices “adolescente”, “vulnerável” e “pobre”? Há aí a formação de um regime de visibilidade e dizibilidade. Que vida se pretende preservar? Que modo se pretende conservar?

“Não conta pra ninguém, ta?” – a pergunta chega como agente de deslocamento dos índices. Ela vem e reverbera naquilo que toma “adolescência pobre” como índice de desqualificação da vida. Ela surge e pede sua passagem para afirmar modos infinitivos de vida, para reclamar um outro cuidado que não o cuidado emudecedor dos sussurros da vida.

A vida é infinitiva. A operação de encarnação de modos de vida em públicos-alvo pretende torná-la segmentável, setorizável. Aliás, “setor” é o conceito, a palavra, o discurso que enuncia o bom funcionamento de uma política pública: demandas por setor, intersectorialidade, serviços e público-alvo tornam a vida setorizável e unitária; a cada setor, um modo de vida.

Fuganti (2007) nos alerta acerca dos riscos de conclamarmos um cuidado, com vistas ao bem-estar comum, dizendo:

Mas é sintomático também o fato corrente de a gente ouvir um crescimento de uma fala reivindicativa, sem qualquer estranhamento, uma espécie de inflação de discursos em favor da vida, em favor da saúde; também nesse sentido ouvimos os porta-vozes do 'politicamente

correto' levantarem bandeiras em favor da multiplicidade, em favor da afirmação das diferenças etc, quando na verdade a própria vida, enquanto está diretamente investida em sua potência autônoma, prescinde de uma instância que fale em seu nome[...] (FUGANTI: 2007, p. 5).

O que chama atenção é que as escapulidas de vida intensa, as centelhas que a tornam potente, também implicam o profissional neste entre, ou melhor: o que está entre a demanda por setor e a afirmação ético-política do “não conta pra ninguém, tá?”? O que se passa neste processo? Que estratégias, que táticas, são necessárias perceber, para reivindicar modos outros de existir?

A cada posição, uma contração... Um modo que se associa ao infinitivo.

CAPÍTULO 4

O EMPATA-PORTA NÃO É UM DE NÓS

A vulnerabilidade como produção biopolítica

“O empata-porta não é um de nós”, frase escrita em placas espalhadas pelos vagões dos trens, nos fala de um personagem cotidiano que prende as portas dos vagões, impedindo a continuidade da viagem. Ele empata a viagem, o percurso. Atrasa aquele que precisa chegar ao trabalho, à universidade, em casa. Desta forma, a frase nos faz crer que ele é nosso inimigo, um delinquente em potencial, visto que o concebemos como aquele que, por sua própria vontade, num processo de individualização e culpabilização, empata a viagem.

Contudo, quando o situamos numa complexa relação de forças, em que somos convocados a desnaturalizar as identidades instituídas e os nomes próprios, podemos vislumbrar uma diagramação que o empurra a esta condição. Da ação solitária de um corpo é diminuída toda a complexidade das avarias dos trens e da superlotação.

Nesta análise, percebemos que a vulnerabilidade do sistema de transportes é transformada em comportamento de risco dos usuários. A estes é acoplada a função de bode expiatório; encarnam a debilidade e precariedade do transporte público e das políticas cotidianas que instituem a racionalidade do funcionamento dos trens, garantindo a desqualificação dos usuários, suas vidas, suas histórias.

As superlotações e constantes avarias são secundarizadas e ganha relevo apenas a face daquele que prende a porta, que habita o espaço limítrofe da segurança de dentro e a insuportável perda de mais uma viagem. Ele se empurra e é empurrado

para garantir sua entrada, fica entremeado pelas pernas insistentes e as portas que querem e precisam fechar.

São xingados, achincalhados por todos nós que conseguimos um certo lugar seguro e garantidor do bom funcionamento da máquina/trem. Só a ele importa prosseguir a viagem a qualquer custo, mas ele é ele só hoje; pode ser um de nós em seguida, mas a placa avisa: não sejamos um deles. A culpa é deles, nossa? Pode ser nossa em algum momento, e aí, seremos devastados, também, pelas constrangedoras acusações.

O que importa é que não podemos ser como eles; eles não são “um de nós”, diz a placa. É preciso impedi-los, pará-los. É preciso expulsá-los: “Desregrados! Delinquentes!” – gritam alguns. Difícil firmar-se entre as portas abertas e o buraco dos trilhos de um trem em movimento.

O CRAS ressurgiu – visto que sofre as interferências deste trajeto. Durante um grupo com adolescentes, sugerimos a seguinte problematização: “Vocês sabiam que o governo federal os considera vulneráveis, ou melhor, considera como público elegível para participar dos programas da Assistência Social os vulneráveis sociais?”.

E responde uma menina que participava do grupo: “Que absurdo! Eu não sou vulnerável!” (tal qual “o empata”: não o somos). “Não?”; “Não, mas eu conheço pessoas do bairro que são vulneráveis: mais pobres que eu, moram em casas precárias”. Aqui ganha força um certo modo de executar a política de assistência social, já que produz naturalizações sobre uma parcela do corpo social: é possível demarcar e encontrar o vulnerável; é uma categoria que esquadrinha a vida e a torna passível de focalizações.

Há, portanto, a produção de um reconhecimento, um apontamento daquilo que é vulnerável; uma institucionalidade que legitima modos de ver e apreendê-lo. Produz-se

um corpo: pobre, que mora mal, que come mal, que não aprende, que não entende e que não possui consciência de suas condições de vida. Uma relação de forças que se opera pela emergência de um discurso acerca da vulnerabilidade, que a objetaliza em meio a um complexo saber/poder, territorializando-a e produzindo legitimidade no corpo social.

Sendo assim, profissionais e usuários enunciam o “não somos empata porta, mas o conhecemos”: ele atrapalha, ele precisa de ajuda, ele é nosso vizinho. Pelos índices, ele é um risco para si, para nós. Precisa de orientações, de sanções, se responsabilizar por seus impensados atos. Não seria ele o culpado por atrasar a viagem, por estar desempregado, por desproteger sua família? Seus filhos serão, provavelmente, todos empatas, vulneráveis!

Eles não têm jeito, ou têm? Aqueles que compartilham da compreensão de que é possível prevenir a ocorrência desta situação que lhes provocam inseguranças e medos, proclamam: Podemos sugerir um acompanhamento pela equipe do CRAS, não? E a cena é repinçada, a mesma adolescente nos diz:

“Poderíamos fazer palestras para discutir isso lá no bairro. Melhorar o cuidado, a assistência, a educação. Poderíamos conscientizá-los, né?”.

A pergunta gera novos questionamentos: o que pretendem as práticas socioassistenciais ao fazerem funcionar a vulnerabilidade social? O que queremos operar e/ou inoperar a partir disto? Que índices queremos reduzir e/ou aumentar?

A angústia que nos atravessa quando, no CRAS, fazemos estes questionamentos, se refere ao lugar que, como profissionais, somos convocados a ocupar. Somos convocados cotidianamente a produzir verdades, pareceres, dizeres

sobre a vulnerabilidade social, sobre as situações de risco, acerca dos perigos que a miséria, porventura, possa provocar.

No capítulo anterior, provocamos uma discussão acerca dos indicadores sociais e como tais índices podem produzir, visibilizar e tornar evidente aquilo que se concebe como vulnerabilidade social. Todo este aparato só se torna viável a partir de uma certa configuração das táticas e técnicas de poder que tomam a vida como matéria-prima de governo.

No texto da Política Nacional de Assistência Social/2004, não é trazida explicitamente uma descrição do conceito de vulnerabilidade social; ao contrário: se parte dele como uma natureza. Explicita-se que as situações de vulnerabilidade podem decorrer: da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado.

Apresentam-se, portanto, proposições decorrentes do conceito. A vulnerabilidade é apreendida como situação a ser evitada e/ou constrangida. E os vulneráveis, suas famílias, tornam-se 'demandantes' de uma intervenção dos operadores técnico-sociais responsáveis por oferecerem caminhos e propostas de superação da situação vivenciada. Tais propostas produzem e são produzidas em meio a uma complexa rede de saber/poder que engendra e modula processos de subjetivação.

4.1. Da emergência de novas tecnologias de governo

Lobo (2012) nos aponta que o poder não se configura como essência e que sua ação se dá sobre outras ações, ou seja, não é personificado, mas compreendido por relações de forças, que tanto imprimem efeitos de normalização quanto produzem pontos de resistência – esta última aqui compreendida como condição necessária para a existência de uma relação, e não como força reativa.

A autora esclarece que o poder não age sobre o corpo especificamente, ou seja, sobre sua potência, mas através de suas condutas. Portanto, há uma objetificação, por uma operação datada, de sujeitos e objetos em suas relações sobre/nas e pelas ações de um corpo.

Nesse ponto explica ser extremamente relevante compreender que a principal problemática do poder diz respeito à sua economia, qual seja: como produzir estratégias que reduzam cada vez mais as resistências ao exercício do poder?

É na perspectiva da economia do poder que a autora nos alerta acerca da expansão dos poderes judiciários como uma forma de criar nova institucionalidade naquilo que pode ser judiciável, ou seja, não mais a determinação clara e específica do que é lícito ou ilícito, mas um “quantum funcional” – nas palavras de Foucault (2009) – da sociedade.

Foucault (2005; 2009) nos ajuda a pensar que a ocorrência deste processo exposto por Lobo (2012) se dá pela emergência de novas tecnologias de governo, pela configuração de complexos de saber-poder que redimensionam as relações de força, instrumentalizando o Estado com múltiplas formas de controle. Contudo, nestas ocorrências, emergem novos modos de resistir.

Assim, em meio a todo complexo tutelar modulado pela Política de Assistência Social, experimentamos problematizações que desestabilizam as práticas que são agenciadas no CRAS. Há algum tempo, fomos barrados por uma família ao tentarmos efetuar seu cadastro no referido dispositivo após encaminhamento do conselho tutelar. A mãe expõe seus posicionamentos de vida e a forma de cuidar de seus filhos, que destoam claramente dos modelos formulados pelas normativas, pelos estatutos, pela legalidade em questão. Ela nos diz: “Não quero acompanhamento nenhum, não quero ir ao CRAS, também não preciso que meus filhos vão.”.

A vida afirmada desta forma empata um certo modo de gerenciar a miséria e seus vulneráveis. Aqui, a vida que empata a porta, impede o prosseguimento da viagem, impede que as providências cabíveis sejam tomadas. Travam-se as possibilidades de acompanhamento familiar, de intromissão nos hábitos e costumes de uma família que, segundo as qualificações do conselho tutelar, é negligente.

Contudo, a vida calada e passiva também pode ser mensurada, o que permite que leiamos no manuais técnicos da política de Assistência Social questões como esta:

O PAIF¹⁷ é pedra fundamental, basilar da “nova” política de assistência social, que vem sendo construída no Brasil desde a publicação da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, em 2004: política pública, dever do Estado e direito de cidadania que, além de enfrentar riscos sociais, atua na sua prevenção. Inova ao materializar a centralidade e responsabilidade do Estado no atendimento e acompanhamento das famílias, de modo proativo, protetivo, preventivo e territorializado, assegurando o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida. A capilaridade da proteção social básica, sua capacidade de referenciamento e o fato de o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS - localizar-se em áreas de vulnerabilidade social, ou muito próximo delas,

¹⁷ O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais/2009).

deram legitimidade e tornaram este equipamento público uma referência para a população que vive no seu território de abrangência (MANUAL TÉCNICO DE ORIENTAÇÕES SOBRE O PAIF: 2012, p.7).

Conceitos como prevenção, risco social, vulnerabilidade social e áreas de vulnerabilidade social seriam impossíveis/indizíveis há dois séculos. Estes só emergiram a partir do momento em que o social se tornou um campo de intervenção e produção de conhecimento. Segundo Donzelot (2001), o social se torna um problema com o advento da economia política como instrumento de estudo e produção de saber.

Os indivíduos e famílias se tornam peças, engrenagens de uma massa global, e, portanto, instrumentos que servem como travessia de um certo “governo dos vivos”, com vistas à normalização dos hábitos e costumes.

Essas engrenagens, conforme nos indica Foucault (2009), ganham corpo com o processo de urbanização das cidades, a nacionalização dos territórios, as migrações intensas de fluxos de pessoas e trabalhadores, assim como com a emergência de um novo funcionamento estatal – ocorrido no século XVIII –, que favoreceram, em certa medida, o aprimoramento de tecnologias que tomam a população, a massa global, como objeto da intervenção do poder público.

Conforme nos explica Foucault (2009):

[...] o que vemos surgir agora não é a ideia de um poder que assumiria a forma de uma vigilância exaustiva dos indivíduos para que, de certo modo, cada um deles, em cada momento, em tudo o que faz, esteja presente aos olhos do soberano, mas o conjunto dos mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e para os que governam, fenômenos bem específicos, que não são exatamente os fenômenos individuais, se bem que os indivíduos figurem aí de certo modo e os processos de individualização sejam aí bem específicos. É uma maneira bem diferente de fazer funcionar a relação coletivo/indivíduo, totalidade do corpo social/fragmentação elementar, é uma maneira diferente que vai agir no que chamo de população (FOUCAULT: 2009, p. 87).

Tal normalização, conforme veremos mais abaixo, é tomada a partir dos movimentos aleatórios engendrados no corpo desta população que são transformados em números, quantificados e tornados uma operação probabilística (estatística). Nesta mesma operação, se produz o que vem a se qualificar como vulnerabilidade e o que a torna um problema, e em assim sendo, passível de localização e prevenção.

Esta nova tecnologia do poder, que Foucault (2005) nomeará como “biopolítica”, se caracteriza pela assunção da vida pelo poder, ou uma tomada de poder sobre o homem como ser vivo. Trata-se da estatização do biológico.

4.2. Da biopolítica

Tomando a biopolítica como conceito-ferramenta, buscaremos analisar seus pontos tensionantes no que se refere às práticas de cuidado da assistência social na relação com modos de vida ditos vulneráveis e/ou em risco.

Segundo Foucault (2011), na teoria clássica da soberania, o direito de vida e morte seria um atributo fundamental do soberano. É por causa do soberano que o súdito tem direito a estar vivo. O efeito de poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que este pode matar, visto que se tratava de um modo de poder explícito, visível, encarnado no corpo do soberano. Materializava-se, portanto, o direito de fazer morrer ou deixar viver.

Dos séculos XVII ao XIX, tal paradigma será atravessado por outras forças, assumirá novas configurações e agenciamentos. Um poder que funcionaria por dispositivos exatamente inversos: fazer viver e deixar morrer. Porém, o que Foucault explica é que para seguir a análise desta transformação, não será possível uma

discussão no nível da teoria política, mas a partir dos mecanismos e tecnologias de poder.

É que, segundo o autor (2009), no período supracitado, o corpo individual é mergulhado num campo político, as relações de poder têm alcance imediato sobre o corpo; elas o dirigem e o marcam.

Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção, que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação, como força de trabalho, só é possível se ele está preso num sistema de sujeição; o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia. [...] pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. [...] Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si (FOUCAULT: 2009, p. 29).

De acordo com Foucault (2005), “à velha mecânica do poder soberano escapavam muitas coisas, tanto por baixo quanto por cima, no nível da massa e do detalhe” (p. 298). Foi, justamente, para recuperar o detalhe que se deu uma acomodação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, o que, de acordo com o autor, se caracterizou como a disciplina.

Esta (a disciplina) se caracteriza por um controle da vida através de uma rede capilarizada que tem como alvo o corpo e sua individualização em aparelhos de normalização. Em seus funcionamentos, hibridiza-se um exercício de poder-saber que ganha expressão como *gestus* político-normalizador cujo foco deixa de ser somente a individualidade, como plano molar das formas constituídas, para investir na totalidade da vida, no vivo como potência vital. Nesta associação, temos a construção de mecanismos e enunciados sustentados por diferentes racionalidades científicas que repartem a tutela da vida e seus modos de expressão cotidiana com outros campos de saber-poder (CALLERI; NEVES: 2012).

Em meados do século XVIII, emerge algo completamente novo, que não exclui a soberania, mas em seus encontros cria uma nova configuração para o exercício de poder.

Novos agenciamentos saber/poder são produzidos, visto que as relações sociais, ou melhor, o campo social passa a ser objeto de “preocupação” para os governos e de conhecimento para os cientistas. Nesta nova tecnologia que Foucault nomeou “biopolítica”, há um foco sobre o homem vivo – ou melhor: sobre o homem ser vivo ou espécie, em suas funções fisiológicas comuns, suas relações sociais e seus atributos normais.

Tudo sucedeu como se o poder, que tinha como modalidade, como esquema organizador, a soberania, tivesse ficado inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização (FOUCAULT: 2005, p. 298).

Enquanto a disciplina se dispunha a controlar a multiplicidade do vivo, através de uma vigilância contínua sobre o corpo individual, a partir de treinamentos e punições subsequentes, esta nova tecnologia que citamos acima se dirige à multiplicidade de homens não como corpos, mas como massa, um conjunto, afetado por elementos próprios da vida, como a morte, o nascimento, o trabalho, a saúde etc.

São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos, constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT: 2005, p. 290).

Esta nova tecnologia se atualiza cotidianamente nos processos de trabalho no CRAS, seja na produção de pareceres e dados acerca dos atendimentos, seja nos

encontros com os usuários nos quais se efetivam (ou não) as propostas conclamadas pelos documentos norteadores da política de assistência social. Constrói-se toda uma institucionalidade que compreende aqueles corpos/vidas como portadores de uma natureza humana passível de ser mensurada, que torna presumível seus potenciais comportamentos de risco.

O que dizer das crianças que, vistas pelas janelas do CRAS, andam descalças, brincam e brigam o dia inteiro, não se inserindo nas atividades 'restauradoras' propostas pelos núcleos de convivência? A eles conjugam-se os riscos da saúde biológica com a 'displícência' de seus pais, que não os olham, não cuidam, não prestam atenção. À mãe acionam-se conselhos precisos e necessários, para torná-la "boa", conforme aquilo que se concebe como estruturação e higiene familiar.

Foucault (2005) nos indica que se passa de uma técnica individualizante para uma tecnologia voltada à análise dos elementos constitutivos de uma população (ou massa global) no que se refere às suas extensões, duração e intensidade. Porém, esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar e o outro biopolítico, não se excluem e podem se articular um com o outro. "Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, são articulados uns com o outro" (p. 299).

Assim, podemos compreender que as práticas de assistência social promovem uma combinação entre a tecnologia biopolítica e a disciplina, produzindo um novo desenho nos processos de controle e subjetivação. A mãe é individualmente moralizada, a partir de elementos que se configuram como riscos à sociedade, quando recusa a inclusão de sua família nos serviços e ofertas cuidadoras propostas pelo CRAS. Desta forma, alguns indivíduos "portam" a qualidade vulnerável, que pode ser

quantificável e visualizável em âmbito populacional: uma imbricação das tecnologias biopolítica e disciplinar do poder.

Seguindo esta pista, podemos dizer que o poder biopolítico incide sobre aqueles fenômenos ditos universais (ou naturais) e acidentais da população, tais como: os processos de desemprego, envelhecimento, acidentes de trabalho, anomalias diversas. Estes demandam uma intervenção que vem a formatar novos dispositivos.

Diante disto, o Estado previdenciário (ou regulamentador) 'insurge' em favor da gestão da vida por meio de políticas extensivistas como a saúde, assistência social, previdência e medidas como a poupança (para garantir a proficiência econômica das famílias/indivíduos).

Percebemos, então, nas palavras de Foucault (2005), a existência de duas séries: corpo-organismo-disciplina-instituições e população-processos biológicos-mecanismos regulamentadores-Estado.

Diante disto, o que entender de uma cesta básica que se transforma em mecanismo de sustentação do uso de álcool? O que nos indicariam os dispositivos discursivos e não discursivos acionados pela política de assistência social que insurgem em meio a mecanismos biopolíticos de controle da vida?

A cena reaparece, agora em uma visita domiciliar. Na verdade, a cena descarrila, atravessando várias visitas domiciliares voltadas para o acompanhamento e construção de um processo de cuidado.

Este usuário mora só, é alcoolista, colostomizado, quase idoso, já tentou por três vezes o suicídio e nos alerta do quanto precisa beber.

Em meio a tantos índices expostos há o colorido da casa, o estilo da sua sala, o rádio alto, os enfeites construídos com lâmpadas velhas/queimadas que são

pendurados na madeira do telhado. Tem o jardim, as flores, os inventivos vasos construídos de *pet* e há também o choro, copioso choro que nos avisa: “eu não posso sentar para cagar! Sabe o que é isso? Não posso sair que essa bolsa de colostomia começa a feder. Sabe há quanto tempo não como uma mulher? Não posso!” – e o choro recomeça.

Em meio aos dispositivos normalizadores que são ofertados pela Política de Assistência Social (aqueles que nos falam da necessidade de iniciarmos um acompanhamento socioassistencial e apresentar-lhe um único projeto de vida cabível que lhe restituiria sua autonomia e cidadania) – ele nos fala: “não posso, não consigo parar de beber, mas não tenho dinheiro para bancar a comida, a luz e mais a cachaça”. Para além da escuta e dos encaminhamentos aqui outro elemento entra em jogo: a cesta básica.

Com o tempo de atendimento fomos percebendo conjuntamente que a cesta básica também era usada para bancar a bebida. E ele pôde nos dizer, não como uma confissão, mas na expectativa de uma parceria: “Veza em quando troco ou vendo a cesta para comprar carne e cachaça”. E nós, também com o tempo, fomos dizendo sim a essa estratégia desviante, tão demonizada e “não dita” pelos prescritores da Política. Contudo, entendida por nós naquele encontro como expressão de “centelha” de vida potente, ainda que clandestina.

Afinal, de quem é a cesta? A fala do usuário ‘empata’ certo modo de controle da vida que não se alia a invenções que subvertem os instrumentos e serviços que a priori foram formatados para garantir a tutela e a passividade dos usuários. E, nós, equipe, profissionais, podemos nos aliar ou não a estes modos estranhos que retorcem o que se compreende como metro-padrão: séries que escalonam a vida e normalizam as

práticas cotidianas, tornando cabíveis ou não, censuráveis ou não, certos comportamentos.

Foucault (2009) nos indica que as táticas biopolíticas inauguram um novo mecanismo, que seriam os dispositivos de segurança. O que significa que aqueles problemas suscitados por uma nova configuração social serão inseridos em uma série, trabalhados a partir de um cálculo e contabilizados estatisticamente. A partir disto, não se realizará uma divisão binária entre o permitido e o não permitido (conforme o sistema legal da soberania), mas se estabelecerão limites do aceitável.

Cria-se uma forma de gerir as séries abertas, aleatórias da população; torna-se possível enquadrar os acontecimentos singulares em índices. Conforme nos explica Foucault (2009): “Vê-se a irrupção do problema da “naturalidade” da espécie humana dentro de um meio artificial. E essa irrupção da naturalidade da espécie dentro da artificialidade política de uma relação de poder é, parece-me, algo fundamental” (p. 62).

4.3. A emergência da população como problema de governo

A população aparece como objeto e sujeito desses mecanismos de segurança, visto que é sobre ela que se espera algum tipo de efeito e também é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito. Foucault indica que sua emergência (população) coincide com o princípio geral do que se chama de liberalismo:

O liberalismo, o jogo: deixar as pessoas fazerem as coisas, as coisas passarem, as coisas andarem, *laisser-faire*, *laisse-passer*, *laisser-aller*, quer dizer, essencial e fundamentalmente, fazer de maneira que a realidade se desenvolva e vá, siga seu caminho, de acordo com as leis, os princípios e os mecanismos que são os da realidade mesma (FOUCAULT: 2009, pp. 62-3).

A população vai ser considerada como um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural: uma espécie de objeto técnico-político que possibilita que a mesma seja acessada ininterruptamente, direta ou indiretamente, no seu corpo/território ou nas variáveis que a constitui, por agentes e técnicas de transformação, desde que tais técnicas possam ser analíticas, calculadas e calculadoras, postula Foucault (2009).

Não se trata, portanto, da obtenção da obediência dos súditos em relação à vontade do soberano, mas de atuar sobre coisas aparentemente distantes da população, mas que se sabe por cálculo, análise e reflexão, que podem efetivamente atuar sobre a mesma. “É essa naturalidade penetrável da população que [...] faz que tenhamos aqui uma mutação importantíssima na organização e na racionalização dos métodos de poder” (FOUCAULT: 2009, p. 94).

Sendo assim, a partir do momento em que colocamos em relevo os fenômenos próprios da população, podemos atuar sobre as variáveis que a constitui como que sobre sua natureza, sua naturalidade. Contudo, esta só é tomada como natural a partir do momento que é submetida a um aparelho político/artificial quantificador, calculador de suas variáveis.

A população, tomada como objeto técnico-político, se torna permeável à atuação contínua de tecnologias outras de poder, que atuam sobre a vida, não através da obediência/subordinação, mas através de aparelhos garantidores da segurança político-econômica, que estabiliza e mortifica o vivo, pela supressão (quase) máxima dos riscos que um indivíduo e/ou coletividade possa incorrer.

Tem-se uma população cuja natureza é tal que é no interior dessa natureza, com ajuda dessa natureza, a propósito dessa natureza que o soberano deve desenvolver procedimentos refletidos de governo. [...] no caso da população, tem-se algo bem diferente de uma coleção de sujeitos de direito diferenciados por seu estatuto, sua localização, seus bens, seus cargos, seus ofícios; tem-se um conjunto de elementos que, de um lado, se inserem no regime geral dos seres vivos e, de outro, apresentam uma superfície de contato para transformações autoritárias, mas refletidas e calculadas (FOUCAULT: 2009, p.98).

Seguindo esta pista, podemos reiterar o que Foucault considera como sendo uma certa naturalidade da espécie, algo que é geneticamente comum, biologicamente igual e que, portanto, pode ser regulado. Contudo, não no sentido apregoado pela disciplina que é essencialmente centrípeta, hermética.

O mecanismo biopolítico da segurança tende, contrariamente, a se ampliar; como diz Foucault (2009), é centrífugo, acompanha o comportamento humano em todos os seus níveis e coopta sua força no limite da espécie. Amplia sua frente de atuação, conforme o desenvolvimento do saber sobre a população, se conforma às suas 'transformações' e 'evoluções'.

[...] vocês veem que os dispositivos de segurança, tais como procurei reconstituí-los, [...] tendem perpetuamente a ampliar, são centrífugos. Novos elementos são o tempo todo integrados, integra-se a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de fazer dos produtores, dos compradores, dos consumidores dos importadores, dos exportadores, integra-se ao mercado mundial. Trata-se portanto de organizar ou, em todo caso, de deixar circuitos cada vez mais amplos se desenvolverem (FOUCAULT: 2009, p. 59).

Para que tais mecanismos funcionem se faz necessária uma outra configuração das estratégias de poder. A que anteriormente se dava através da encarnação de um soberano que detinha o poder e o restituía a seus súditos através do direito de vida ou morte não poderia ser proeminente em tal contexto. Sendo assim, Foucault propõe a emergência do problema do governo e não do governante (soberano).

Enquanto o soberano se apresenta sob a forma de uma exterioridade, identidade e transcendência, o governo insurge como prática, interna às relações de poder. Nas palavras de Foucault (2011), multiplicidade e imanência que se opõem radicalmente à singularidade transcendente do Príncipe. Governam-se coisas. Aqui, não há uma oposição entre homens e coisas, mas a diferenciação entre aquilo que era propriedade do soberano (território) e aquilo que se configurava como um conjunto de homens e coisas; a população.

Não creio que se trate de opor as coisas aos homens, mas antes de mostrar que aquilo com que o governo se relaciona não é, portanto, o território, mas uma espécie de complexo constituído pelos homens e pelas coisas. [...] essas coisas de que o governo deve se encarregar [...] são os homens, mas em suas relações, em seus vínculos, em suas imbricações como essas coisas que são as riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território, é claro, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua sequeidão, sua fecundidade. São os homens em suas relações com estas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar (FOUCAULT: 2009, p. 128).

A população em sua complexidade e multiplicidade demanda um governo dessas coisas para que sejam dispostas (não impostas). Assim, é possível tornar esta multiplicidade palatável, mas é preciso ficar claro que a soberania e a disciplina não são substituídas ou eliminadas; apenas se configuram de uma outra maneira, conforme nos explica Foucault (2011):

[...] nunca a disciplina foi tão importante, tão valorizada quanto a partir do momento em que se procurou gerir a população. E gerir a população não queria dizer simplesmente gerir a massa coletiva dos fenômenos ou geri-los somente ao nível de seus resultados globais. Gerir a população significa geri-la em sua profundidade, minuciosamente, no detalhe (FOUCAULT: 2011, p. 291).

A partir desta análise, Foucault cunha o termo governamentalidade, que se caracteriza pelo conjunto das artes, de táticas de governo distribuídas no corpo da

população. Estas, que atravessam sua constituição, através das instituições (família, escola, saúde etc.), dos procedimentos e cálculos (estatísticas), bem como pelos dispositivos de segurança que determinam, em sua positividade, os limites do aceitável da natureza da população. Conforme nos explica o autor:

[...] um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT: 2011, p. 293).

A vulnerabilidade social se torna, a partir do cenário vislumbrado acima, uma estratégia de governo e ferramenta para englobar todos aqueles que, no cerne da população, produzem comportamentos de risco para a sociedade. É preciso “defender a sociedade” destes fenômenos, para que sejam garantidas as demarcações do aceitável, gerindo e manejando aquilo que extrapola a natureza da vida-espécie em seus limites reconhecidos pelo saber científico.

Neste quadro temos o acionamento da vulnerabilidade como instituição que agrega práticas protetivas, asseguradoras e antiviadoras de direitos humanos/sociais, práticas que permitem a judicialização da vida em todos os seus aspectos, através da expansão das coisas que podem ser judicializáveis, que podem ganhar este estatuto.

A vida em si passa a se tornar permeável aos mecanismos de segurança e de judicialização, já que se solicita – somos incitados a solicitar – proteção para corpos e territórios tornados vulneráveis. Nas palavras de Foucault (2009):

A população é, portanto, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público. [...] O público, noção capital no século XVIII, é a população considerada do ponto de vista de suas opiniões, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, dos seus hábitos, dos seus temores, dos seus preconceitos, das suas exigências, é aquilo sobre o que se age por meio de educação, das campanhas, dos convencimentos. A população é, portanto, tudo o que vai se estender do arraigamento biológico pela espécie à superfície de contato oferecida pelo público: temos aí todo um campo de novas realidades, novas realidades no sentido de que são, para os mecanismos de poder, os elementos pertinentes, o espaço pertinente no interior do qual e a propósito do qual se deve agir (FOUCAULT: 2009, p. 99).

Há toda uma produção, uma positivação do poder que se alia à vulnerabilização da vida, naquilo em que há de mais natural e também prejudicial/arriscado. Produz-se, assim, a necessidade de “bloquear” a vida lá onde ela “se arrisca”, visando impedir o risco generalizado que assombra um modo de governo dos modos de vida.

Lobo (2012) nos explica que o funcionamento destes organismos judiciais não se dá apenas pelas leis e sanções judiciais, mas pela mídia, pela informação, pelas denúncias e consequentes culpabilizações. Há toda uma função normalizadora que centrifuga as experiências da vida e as tornam judicializáveis, protegíveis, vulneráveis.

Nas palavras de Lobo (2012):

[...] estas funções judiciárias já vêm se capilarizando e se multiplicando em nosso mundo, de tal modo que só entendemos a liberdade pela violação, pela vulnerabilidade tornada necessária para que nos tornemos presas fáceis e obedientes a esta economia de poderes que, em nome da proteção e da segurança, pretendem obstruir as intensidades da vida (LOBO: 2011, p.13).

É preciso que sejamos vulneráveis para que se justifiquem os dispositivos de segurança; para que o controle, como nos diz Foucault, possa se efetivar nas bordas daquilo que se constitui como natural, em nossas opiniões, nossos desejos. Passamos a desejar segurança, reivindicamos cuidados em demasia para aqueles que nos oferecem riscos ou que possuem os riscos de vir a ser uma ameaça contra nossa vida,

nossos bolsos, nossos modos tão consistentes de vida. A instituição “vulnerabilidade” se insinua como tecnologia de governo das coisas.

Como diz Foucault (2009), o governo se dirige, não sobre os indivíduos/corpos individuais de fato, mas para tudo aquilo que produz variáveis sobre uma população e sobre seus fatores contingenciais. Tal como as políticas sociais (habitação, assistência social, saúde, educação etc.), que produzem a visibilidade e nomeação do vulnerável, portando, contudo, as práticas de prevenção e reversibilidade deste quadro vulnerável.

Porém, como já exposto acima, as relações de poder só existem por conterem pontos de resistências, discursos nômades e estranhos que, parafraseando Lobo (2012), permitem a desarticulação da enorme rede de poderes que se fazem passar como nossos aliados.

Retomando os elementos das cenas que atravessam o CRAS, consideramos que é preciso apreender com outros sensores o que se passa nos percursos e trajetos que fazemos em nossos deslocamentos cotidianos, na construção cotidiana do trabalho junto à equipe e usuários e em suas interpelações. O que podem nos dizer “o empata e o atraso estressante”, “a cesta básica que compra a cachaça”, a adolescente que diz não ser vulnerável, mas aponta seus vizinhos como tal?

Estas enunciações coletivas que deflagram uma série de interrogações, de incômodos e deslocamentos para alguns de nós, podem também ser tomadas e servirem para apaziguar e/ou confirmar os indicadores sociais da PNAS no combate à miséria, ao risco e à vulnerabilidade social.

Fica, portanto, a pergunta: como temos escutado/experimentado tais emergências da vida? Com o que temos nos aliado?

4.4. A vulnerabilidade social assume seus contornos

No ano de 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome publica as Orientações Técnicas sobre o PAIF e dimensiona conceitualmente o que a Política de Assistência Social considera como vulnerabilidade social, conforme podemos ver abaixo:

Não há um significado único para o termo vulnerabilidade. É um conceito complexo e todos os autores, que se dedicam ao tema, o reconhecem como multifacetado. Por esse motivo, diversas teorias, amparadas em diferentes percepções do mundo social e, portanto, com objetivos analíticos diferentes, foram desenvolvidas. Assim, torna-se indispensável elucidar com qual concepção se dialoga. [...] pode-se afirmar que a abordagem adotada pela PNAS, ao dialogar com as análises mencionadas, possibilita à assistência social uma visão menos determinista e mais complexa das situações de pobreza, pois dá um sentido dinâmico para o estudo das desigualdades, a partir da identificação de zonas de vulnerabilidades, possibilitando um maior poder explicativo de uma realidade social, composta por uma heterogeneidade de situações de desproteção social. Nessa direção, pode-se afirmar:

- a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias;
- b) A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história;
- c) A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- d) A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco (p.13).

Analisando este trecho, que versa, pela primeira vez em seus textos normativos, sobre a vulnerabilidade social, percebemos uma tendência a demarcá-la a partir de zonas de vulnerabilidade, em vista da heterogeneidade e dinamismo dos processos que formatam sua emergência.

Hillesheim e Cruz (2008) nos alertam que é entre as décadas de 1980 e 90 que o conceito de vulnerabilidade começa a ganhar visibilidade a partir de discussões no

campo da saúde (principalmente no que se refere à contaminação pelo HIV), bem como na perspectiva dos riscos tecnológicos e geográficos que deflagram perigos sociais.

Segundo as autoras, os atuais estudos acerca da vulnerabilidade trabalham a partir de algumas variáveis que determinam o nível de vulnerabilidade de um indivíduo, grupo ou território. Essas variáveis fazem referência ao risco de algo acontecer, às ações de enfrentamento aos riscos (ou à disponibilidade de um grupo ou território em reagir à iminência de um risco) e às condições biofísicas gerais de exposição aos fenômenos vulnerabilizadores.

Portanto, vulnerabilidade refere-se tanto a um risco biofísico como um consenso social, em uma determinada área geográfica, a qual pode ser tanto um espaço geográfico onde lugares e pessoas vulneráveis se localizam, quanto os espaços sociais nos quais as pessoas destes lugares encontram-se mais vulneráveis” (HILLESHEIM; CRUZ: 2008, p. 196).

Diante disto, as autoras nos ajudam a compreender que a vulnerabilidade social, neste regime de inteligibilidade, seria definida como uma situação em que “os recursos e habilidades de um dado grupo social são tidos como insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade” (HILLESHEIM; CRUZ: 2008, p. 196).

Tal definição viria ao encontro do que os manuais orientadores da Política de Assistência Social no Brasil estariam pregando: mensura-se o nível de vulnerabilidade de uma dada “comunidade” ou território a partir dos recursos e possibilidades que os habitantes possuem para ascender ou não a outros níveis de qualidade de vida, bem como pela sua capacidade em diminuir probabilidades de deterioração da vida-espécie.

Diante disto, chama-nos atenção o fato de que tanto nos processos que se referem à debilidade do Estado em promover a inclusão da população em seus serviços quanto à debilidade das relações afetivas e políticas das famílias, indivíduos e comunidades (que os privam de acessar seus direitos sociais), está previsto o acoplamento do conceito “vulnerabilidade” ao usuário, conforme nos explicam Hillesheim e Cruz (2008):

[...] duplo risco: por um lado, o risco para o sujeito, uma vez que se avalia que o mesmo não detém as condições entendidas como necessárias e/ou adequadas ao seu desenvolvimento: por outro, o risco que este sujeito representa, na medida em que corporifica uma ameaça aos modos de vida hegemônicos. Percebe-se, assim, uma individualização do risco, sendo o sujeito compreendido como responsável pela sua condição – tanto de vulnerabilidade quanto de ameaça (HILLESHEIM; CRUZ: 2008, p. 195).

Nesta perspectiva, podem-se reconhecer as causas e suas possíveis consequências caso não haja uma atitude preventiva e proativa frente às situações percebidas, caso contrário elas “tendem a se tornar uma situação de risco”.

Este acoplamento ganha nuances importantes quando dele aproximamos a discussão dos sentidos de autonomia e de protagonismo preconizados pela Política Nacional de Assistência Social. Em seu texto oficial, a PNAS/2004 prevê a valorização da autonomia e protagonismo dos sujeitos, entendendo-os como atores imprescindíveis para fiscalizar e propor os serviços na área da assistência social. Contudo, alerta em suas normativas que os usuários/população ainda não são protagonistas, sendo, portanto, necessária a intervenção de um profissional para conscientizar, instrumentalizar e potencializar a participação do usuário nos espaços de controle social (Conferências e Conselhos, por exemplo).

Muito embora aparentemente opostas, as práticas de prevenção, autonomia e de protagonismo tornam-se categorias conciliáveis no texto da PNAS/2004. Entretanto, esta conciliação se faz dependente de uma preparação, qual seja: a conscientização dos usuários para que a partir disto possam agir como sujeitos políticos e discutir seus interesses.

Trata-se, como pudemos perceber, de uma autonomia delegada, concedida. Conforme nos indicam as citações abaixo:

A proteção social de Assistência Social, em suas ações, produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (NOB-SUAS: 2010, p. 16).

Os termos “fortalecer, prevenir, promover e contribuir na melhoria” [...] apontam para seu caráter antecipador à ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social, de modo a ofertar às famílias uma forma de atendimento que, como a própria denominação do Serviço traz, proteja as famílias. Proteção que além do enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais, atua também no “desenvolvimento de potencialidades”, a partir do reconhecimento de que ninguém está desprovido de tudo: uma família que está sobrevivendo na vulnerabilidade detém ativos importantes (NOB-SUAS: 2010, p.11).

Os fragmentos acima nos falam de uma ação preventiva que intenta produzir autonomia – mas uma autonomia prescrita, concebida como correta. Um protagonismo moralizado que será desenvolvido a partir de ações de convivência em um espaço relacional artificial, nos quais serão produzidas e potencializadas capacidades e talentos para a vida em sociedade. São estas ações preconizadas como favorecedoras da diminuição da vulnerabilidade através da conscientização dos riscos que uma vida “imoral” contém.

Que implicações nos trazem, portanto, a demanda por uma prevenção de riscos? Várias. A primeira seria a própria noção de ação preventiva. É possível atribuímos

causas para as experimentações do cotidiano? É possível atribuímos causas para as vivências em família e comunidade?

A noção de causa é importante, pois nos transporta a um plano cartesiano de compreensão da realidade, onde toda e qualquer situação/evento se torna previsível a partir do conhecimento de suas causas. Tal prática denuncia uma escolha ética e política que coloca sobre o humano todo o peso das verdades científicas. Estas fabricam riscos que antecedem a própria experiência e produzem necessidades que não estavam presentes, até então, na vida daquele que é vulnerabilizado.

Assim, retomamos a ideia de vulnerabilidade social que sobrevive através de associações de variáveis díspares que possibilitam, em meio a um certo regime de verdade, uma relação indissociável entre indicadores sociais – vulnerabilidade – práticas de assistência. Um não sobrevive sem os demais, e desta forma, são produzidos por e – num mesmo movimento – produzem efeitos nos processos de subjetivação engendrados no cotidiano de trabalho.

“Vulnerável” ganha, então, vários contornos/identidades e, estes, se atualizam em modos de viver e afirmar a vida qualificados como: ser pobre, ser doente mental, ser criança ou adolescente, ser idoso, ser desempregado, não ser economicamente ativo. Ou seja: não consumir, não saber ler e escrever, possuir uma “família desestruturada”, sofrer agressão do pai, da mãe ou do marido.

Podemos dizer que a vulnerabilidade é um conceito-prática extensivista, ou seja, atua a partir de segmentações da realidade, constituindo séries causais e modulando identidades e perfis. De acordo com Neves (2002), “a dimensão extensiva atualiza acontecimentos intensivos em formas, [...] os reportando a uma certa intencionalidade, produzindo territórios que servem à neutralização e estabilização das experiências que foram forjadas intensivamente.” (p. 139).

Sendo assim, uma interferência extensiva opera no intuito de alocar todos os problemas ditos sociais em uma gaveta, e a partir disto eleger com maior assertividade as formas de prevenir a ocorrência de situações que coloquem em risco a sociedade e/ou o capital.

A análise do ser vulnerável parte da ideia de prevenção, e sustenta-se em uma escolha político-filosófica que transporta a vida, suas experiências e variações a uma matriz, atribuindo-lhe causas e formulando uma ordem que a torna natural, essencial.

Constrói-se um ser vulnerável, um indivíduo que encarna todas ou parte das características desta categoria. Modos de vida são inseridos numa matriz legal, um metro-padrão que serve de ferramenta comparativa e que produz redundância, ou seja, afirma-se o mesmo através de indicadores socioassistenciais que hegemonomizam as experiências e invenções daqueles que habitam os “ditos” territórios de risco.

Barros e Passos (2010) ilustram esta análise na seguinte citação:

Narrar o caso pelo procedimento da redundância é buscar nele esse fundo estrutural por onde nunca passamos sem imediatamente estarmos diante de uma forma segregada. O caso, assim, se apresenta sempre como uma forma, com seus limites precisos, exigindo uma narrativa própria: uma grande literatura, uma epopeia [...] é sempre o caso de um padrão, repetindo o que se supõe como regra geral ou “fundo” a partir do que tudo se destaca repetindo o imperativo legal (BARROS; PASSOS: 2010, p.160).

Podemos dizer que “vulnerável” se transforma em uma forma; um indivíduo que retém em si um quadro clínico/social e que, em sendo forma, também esconde em si as causas de sua formação e o prognóstico que dê conta da reversibilidade de tal quadro. Citamos aqui, mais uma vez, uma passagem da publicação Orientações Técnicas sobre o PAIF/2012:

Enfatiza-se também que o PAIF tem papel fundamental na compreensão das especificidades dos territórios – suas vulnerabilidades e potencialidades, a partir do diagnóstico territorial, da leitura crítica da situação vivenciada e escuta qualificada no atendimento às famílias e grupos sociais ali residentes, possibilitando, assim, a implementação de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Logo, é a partir do **olhar técnico** sobre o território que se dá o desenho do trabalho social a ser desenvolvido com famílias do PAIF (p. 14).

É uma análise que preconiza o desvelamento da verdade a partir de uma aposta discursiva que vem se constituindo historicamente desde o século XIX; uma aposta que também constrói uma política cognitiva que se funda sobre o olhar: observação atenta e pretensamente isenta. Observar as variações, o quadro evolutivo das doenças e com isso organizar as patologias, ou melhor: torná-las seres autônomos e orgânicos. Foucault (2006) explica:

[...] o gesto preciso, mas sem medida, que abre para o olhar a plenitude das coisas concretas, com o esquadramento minucioso de suas qualidades, funda uma objetividade mais científica[...] As formas da racionalidade médica penetram na maravilhosa espessura da percepção, oferecendo, como face primeira da verdade, a tessitura das coisas, sua cor, suas manchas, sua dureza, sua aderência[...] O espaço da experiência parece identificar-se com o domínio do olhar atento, dessa vigilância empírica aberta apenas à evidência dos conteúdos visíveis. O olho torna-se o depositário e a fonte da clareza; tem o poder de trazer à luz uma verdade que ele só recebe à medida que lhe deu à luz [...] (FOUCAULT: 2006, prefácio, p. X).

A estratégia da redundância tem no *olhar* o substrato de sua operação categorizante. Se à medicina atribui-se um observar (ou a vigilância empírica), aos profissionais técnico-sociais cabe um olhar atento (que traz consigo uma matriz teórico-política) para identificar e sinalizar aos diversos braços do poder público a insurgência da vulnerabilidade e/ou a emergência de uma situação de risco.

Uma operação fabricada pelo *olhar*, que serve tanto à operacionalização dos serviços (territórios de maior risco social), quanto para produção de dados que respaldam a gestão, a alocação de recursos e a fabricação de novos índices.

Assim sendo, é importante possuir um país de vulneráveis para fazer valer os projetos extensivistas que se atualizam em políticas sociais, bem como ter vulneráveis para garantir a execução de medidas provisórias, a assinatura de decretos e a proliferação de espaços deliberativos compostos apenas por gestores das políticas – ditas – públicas.

Neste entendimento, o ‘bom’ do vulnerável é que sua fala é inaudível aos ouvidos que preconizam falas instituídas - esqueceram que ele, na verdade, não sabe falar? A ele ‘falta’ alguma coisa, o que, de algum modo, o torna incapaz de deliberar sobre sua própria vida. Este, diríamos, é um dos efeitos desta prática. Um outro seria transformar o usuário dos serviços socioassistenciais em meros espectadores da construção de seu próprio roteiro de existência. Se a culpa é deles por esta experiência vulnerável, como delegar aos mesmos as rédeas de sua existência?

Foucault (2005) alerta que atrelado ao poder de gerência sobre a vida, a biopolítica também apresenta um outro lado, que seria o poder de morte. Para o autor, a única forma de justificar a morte num modelo biopolítico de exercício de poder, seria através de um racismo de Estado. Ou seja, a partir do momento que as lutas raciais por defesa de território são extintas em função do processo de nacionalização, o que passa a ser perigoso é tudo aquilo que possa ameaçar a sociedade.

Como nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte? [...] É aí, creio eu, que intervém o racismo. [...] o que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. [...] com efeito, que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. [...] eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. O racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização (FOUCAULT: 2005, pp. 304-6).

Portanto, é preciso “defender a sociedade” das ameaças que coloquem em cheque sua natureza, que possam em certa medida oferecer um perigo biológico para a humanidade ou rachar essa normalidade que a institui. Consideramos que a alcunha “vulnerável” pode operar tal assassinato, visto que os indivíduos que ganham este estatuto são percebidos como “não possuidores de condições políticas reivindicatórias” e “desconhecedores de suas prioridades”.

Esta incapacidade que lhes é atribuída, e subjetivamente assumida por alguns, confere ao Estado o poder de agir de forma arbitrária para com eles, criar uma nova concepção de direito civil/social, agir como se a eles fosse preciso restituir uma humanidade.

Além disso, em sendo a vulnerabilidade localizável – como uma entidade orgânica que se aloja no corpo do indivíduo ou que emerge de relações sociais débeis em determinado território –, percebemos que ela pertence a um determinado estrato social, a uma camada (os pobres e miseráveis) onde se encontram maiores ‘zonas de vulnerabilidade’ que precisam ser extintas ou superadas.

Autoriza-se uma morte política e a intromissão em vidas que não pediram para serem penetradas. Podemos compreender isto como o exercício do poder de morte, tendo em vista que:

[...] por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns os riscos de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição e etc. (FOUCAULT: 2005, p.306).

Se a política instituída de Assistência Social se destina a servir aos vulneráveis, tratando o conceito como um liquidificador que intenta homogeneizar as experiências daqueles que habitam e trabalham nesses territórios, como inverter as ordens da equação e transformar as experimentações cotidianas de trabalho/vida em um instrumento que rache esta racionalidade? Que exercícios de desmontagem de toda essa discursividade, que configura historicamente o ser vulnerável precisaríamos empreender?

CAPÍTULO 5

POSSO SAIR DO BOLSA-FAMÍLIA?

Começamos com outra cena que, por sua desobediência, problematiza os princípios de ordenação e conservação da vida (HECKERT: 2004), já que nos incita a um reposicionamento frente àquilo que se constitui como assistência social e política pública.

A cena começa em uma visita domiciliar, realizada por nós, equipe do CRAS, que tinha por objetivo efetivar o acompanhamento das condicionalidades do programa Bolsa-Família. Estas são constituídas pela frequência escolar, pesagem das crianças da família, bem como das gestantes que porventura existirem, além do corte de renda favorável ou não à manutenção do benefício.

A família já era nossa conhecida de algum tempo, tendo em vista uma série de passagens pelo conselho tutelar. A mãe possui cinco filhos e precisa trabalhar, seu companheiro também, mas, além disso, precisa cumprir algumas metas traçadas pelo complexo tutelar do Estado: frequência escolar dos filhos, frequência na unidade básica de saúde, bem como garantir a alimentação e habitação digna de seus filhos. Ela tem um mundo pra resolver, uma vida para ser vivida, vários projetos para fazer andar... Aí, nós chegamos.

Recebe-nos na porta e ali mesmo nos dirige a pergunta: “O CRAS vai resolver o quê?”. Arrebatadora pergunta; incerta resposta: “Não sabemos!”. Naquele momento, queríamos sair correndo. Sua pergunta nos atravessou como uma flecha, produziu desconforto e estranhamento em relação a este lugar que ocupamos. Doía tudo; a perplexidade se impunha. O que falamos para ela? “Bom, a gente só queria te avisar de uma possibilidade de suspensão no seu ‘benefício’ por baixa frequência escolar.”. E ela

complementa: “Já estive na escola, conversei com a diretora, falei das minhas impossibilidades, do transporte, das doenças, mas não adiantou. Eu quero sair do Bolsa-Família, tenho essa opção? Não aguento mais as cobranças, as visitas, as conversas. Vocês vão resolver o quê?”.

Fomos arranhados, tingidos, marcados, não sabíamos o que fazer com isso, o que dizer, no que apostar, o que sentir. A resposta era inviável, impossível, impraticável; nos calamos. O que constava nos manuais como possibilidade de resposta não nos serviu frente ao impacto daquele encontro. Até porque as possibilidades de respostas prescritas respaldariam modos de moralizar sua fala, suas práticas, sua vida. Apostar na ranhura, então.

“Posso sair do Bolsa-Família?”. Em pé insistentemente, à beira de sua porta, tropeçamos nos gaguejos de uma estrangeira língua. O que quer essa mulher? Outra assistência pede passagem, novos hábitos exigem sua reinvenção.

A cena nos embaraça, pois produz ruídos em um certo modo de acionar a assistência social. Para os saberes e práticas instituídas, ela é índice de desobediência, indisciplina. Como poderia nos fazer essa pergunta tão complexa? Pois, sabíamos que o pedido dela para sair do Bolsa-Família não dizia respeito simplesmente ao cancelamento do benefício, mas se referia primordialmente a uma demanda de desvinculação de tudo aquilo que controla a ela e sua família.

Contudo, estariam ela, e sua família, livres, de fato, dessa rede de dispositivos “de cuidado”? Mesmo sem o benefício, o conselho tutelar continuaria sendo notificado das faltas; a unidade básica de saúde continuaria suas visitas domiciliares e o CRAS, conseqüentemente, mais uma vez acionado.

Arranhados pela interrogação e acostumados com os automatismos das respostas prontas, mais uma vez nos questionamos: com o que temos nos aliado em nossas práticas e discursos cotidianos?

Barros e Passos (2010) nos ajudam a pensar que dos atendimentos realizados na ponta é possível extrair microlutas, compreendidas aqui como interrogativas persistentes que resistem às avaliações formuladas pelos projetos das políticas sociais.

As interrogativas e recusas daqueles que resistem às nomenclaturas que insistem em fazer de seus modos de vida um mero reflexo de uma matriz extensiva (indicadores sociais) perturbam as práticas socioassistenciais naquilo que diz respeito a uma administração calculada da miséria. Afinal, os “ditos” infames (FOUCAULT: 1992) tensionam, paradoxalmente, a infâmia dos ditos desta política, recusando-se a receber o auxílio financeiro em troca da tutela de sua vida.

As microlutas são extraídas justamente no momento em que produzem “interferências intensivas”, que, segundo Neves (2002), são capazes de fazer as interrogativas ressoarem em

sua potência disruptora, cintilando um conjunto indeterminado de perspectivas que não o esgotam, mas se dispersam e nos lançam numa miríade de problemas, de sentidos, de transrelações desestabilizadoras que agitam partes do estado de coisas, arrastando-o para novos acontecimentos e composições (NEVES: 2002, p. 140).

A pergunta-resistência “posso sair do Bolsa-Família” funciona, portanto, como obra aberta, construindo “consistências provisórias sensíveis ao campo problemático que as dobra, desdobra, redobra em ressonância com os gritos de dor e de alegria que pulsam na intensidade vital” (NEVES: 2002, p.141).

As microlutas ocorrem nos interstícios dos acontecimentos, lá onde o encontro é perturbado pela escuta de um improvável, os “roncos surdos da batalha” (FOUCAULT: 2009a). É justo aí que a experiência se faz passagem de devires e suspiros que rompem com os automatismos das respostas prontas enunciadas pela política de assistência social e materializadas pelos técnicos especialistas em psicologia e serviço social.

As interferências no estado de coisas implicam uma aposta em sua incompletude, que se atualiza no “ronco surdo das batalhas” como acionador de redes criadoras de possíveis, propulsoras de oxigênio. Linhas de fuga imanentes em meio a determinismos extensivistas advindos do capital e de todo aparato que lhe dá sustentação, como as políticas sociais.

Fazer uma história do nosso presente é tomá-lo em sua incompletude, desvencilhá-lo do que o esgota em sua teia de causalidade e nos constitui como “figuras da história”. Esta incompletude se constitui como “o fora” dos extratos, ou seja, como condições que possibilitam a experimentação do que escapa da arregimentação da história nos interstícios dos dispositivos de saber, poder e subjetivação que nos constituem e constituímos, no entre da história e do devir. E é neste entre que é preciso fazer a história do presente – perpassado pelo que foi e pelo que será – lá onde “as forças perseguem seu devir mutante” e nos possibilitam fazer história para, nela e dela, desviar produzindo diferença (NEVES: 2002, p.18).

Assim, a pergunta-resistência produz brechas para pensar as práticas socioassistencias para além de suas funções dadas (descritas nos manuais), pois implica deslocamentos dos lugares de saber e poder que instituímos e nos instituem. Assim, podemos compreender que a pergunta tecida e enunciada por um usuário do serviço deixa de ser pessoal e corta todo um complexo tutelar que ressoa sobre outras

vidas “didas” infames, compondo uma linha de resistência que força a invenção de uma outra assistência, de um outro cuidado.

Segundo Heckert (2004), a resistência diz respeito a uma “linha anônima que não emerge dos sujeitos, é tecida ao acaso, mas que os afeta, arrasta, atravessa, e também os constitui, delineando movimentos não previstos e inusitados” (p.45).

Desta forma, os pontos de resistência se inscrevem e fazem enxertos nas margens das proposições instituídas, lá mesmo onde se agenciam as práticas e os dispositivos discursivos de saber. “Posso sair do Bolsa-Família?”, interrogativa insistente, produz novos sentidos nas bordas daquilo que se fazia tão óbvio, alterando as rotas dos programas e propostas pré-formuladas.

5.1. Por uma vida atrevida

A questão suscitada não é apenas a de se abster/renegar o benefício/dinheiro; é também de dizer não a um modo de subjetivação que a prende numa rede moralizante e regulamentadora. É dizer sim ao “atrevimento de singularizar”¹⁸. “Atrevida!” – diriam os gestores da vida/de vidas. Como pôde dizer não à escola, à saúde, à assistência social? Sim, disse não a um cuidado que enfraquece a vida! Disse não para afirmar vida!

A pergunta aciona um processo de singularização que afirma outras maneiras de ser, outras sensibilidades e percepções. Pergunta-interferência, efeito do movimento de questionamento desta política naquilo que transforma a vida em quantificação.

¹⁸ O termo “singularização” é usado por Guattari e Rolnik (1986) para designar os processos disruptores no campo da produção do desejo em meio aos modos de subjetivação hegemônicos que funcionam bloqueando na experiência processos singulares de invenção do cotidiano.

Contudo, tal atrevimento precisa de pontes/travessias, ruas, bueiros, becos onde possa se articular a modos de vida outros que encarnem a consistência do processo que se experimenta. Que vias se encontra, que passagem?

Guattari e Rolnik (1986) também nos alertam que há sempre algo de muito frágil nas singularizações, pois estas podem ser reorientadas para estratificações e reincorporadas aos processos de estatização da vida. Nesta direção, em nossas intervenções no CRAS precisamos estar atentos aos perigos dessa reincorporação, visto que processos de singularização podem ser capturados nas redes produtoras de vulnerabilidade, tutela e risco. Estas se materializam em práticas que intentam centrifugar toda e qualquer variabilidade da vida em sua rede. Eis um grande desafio para os trabalhadores sociais, pois

Eles se encontram numa encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam pôr para funcionar. Isso quer dizer que não há objetividade científica alguma nesse campo, nem uma suposta neutralidade na relação (por exemplo, analítica) (GUATTARI; ROLNIK: 1986, p.29).

Assim, é preciso encontrar vias que façam passar esses atrevimentos em meio à institucionalização da vulnerabilidade social. O questionamento nos fez perceber a urgência de encontrar (um) outro uso para o CRAS, (uma) outra relação de escuta a “línguas menores”, atrevimentos e gaguejos, promovendo uma criação que não mortifique o cuidado em sua dimensão ética.

O gaguejo (DELEUZE: 2011) tensionante produz rachaduras nas formas instituídas de olhar, escutar e cuidar do usuário. O gaguejo é aqui compreendido como

uma língua estrangeira que insurge na própria língua forçando os limites da linguagem, da sintaxe e das formalizações linguísticas. Esse estrangeirismo fragmenta os instituídos e o que se fazia tão claro, óbvio. Ele emerge em meio às normas, visto que só é possível sua aparição em ato, no próprio exercício de poder.

Ele faz balbuciar as práticas de assistência social, a vulnerabilidade, a prevenção e o risco. Fala e produz estranhamentos naquilo que parecia natural, essencial. Segundo Deleuze (2011), “é um estrangeiro em sua própria língua: não mistura outra língua à sua, e sim talha na sua língua uma língua estrangeira que não preexiste” (p. 141). O que há é um entalhe fragmentador, um estilo, um modo que faz estranhar as práticas socioassistenciais e as desloca do confortável lugar apaziguador da resposta prescrita.

Como responder a tamanho estrangeirismo? Responde-se?

Depois da visita, não mais voltamos à sua residência, em função da divisão territorial a que o CRAS foi submetido, dividindo também os profissionais e seus acompanhamentos familiares. Contudo, a interrogativa reverbera em nossos corpos. A interrogativa como aposta ético-política colaborou para produzir em nós diferença e estranhamento àquilo que nos chegava como proposta acabada.

Guattari e Rolnik (1986) nos ajudam a compreender que um devir é uma passagem que pode atravessar diferentes campos, afetando os sistemas de alteridade, os sistemas de percepção e a sintaxe de uma escrita. Um devir se introduz no conjunto da sociedade, “mas ele não pode existir em si, e sim num movimento processual; é isso que lhe dá sua potência de travessia em todas as estratificações – estratificações materiais, de sentido, de sistemas maquínicos e assim por diante” (p.74)

Assim, assumimos uma certa “função gravidez” (GUATTARI; ROLNIK: 1986), que nos fala da possibilidade de nos deixarmos fecundar pela vida, pelas experiências que nos permitem proliferar modos de existir e resistir. Seguindo esta pista, apostamos na torção dos sentidos e direções adotadas pela Política de Assistência Social. Torção construída e fabulada no cotidiano por muitos dos trabalhadores e usuários desta política.

Dizemos fabular buscando inspiração em Deleuze (2007):

O que é preciso é pegar alguém que esteja “fabulando”, em “flagrante delito de fabular”. Então se forma, a dois ou em vários, um discurso de minoria. [...] Pegar as pessoas em flagrante delito de fabular é captar o movimento de constituição de um povo[...] (DELEUZE: 2007, p. 157).

Criamos e resistimos em meio aos mecanismos de controle em funcionamento no cotidiano. Acionamos, portanto, um (dis)funcionar das políticas sociais, já que seu “bom funcionamento” implicaria na assunção de um projeto, de um diagrama frio que obscurece as possibilidades de ressonâncias e dissonâncias.

Na ponta, os encontros entre usuários e profissionais revelam surpresas, fabulações, devires revolucionários. Tais encontros nos permitem perceber as ressonâncias das variadas falas que nos fazem experimentar outros sabores, usar novos sensores e visualizar ferramentas que antes não estavam presentes.

Fabular, escutar o “ronco surdo das batalhas”, estar poroso às interferências das perguntas-resistência intensifica a força das experiências, em suas indeterminações e singularizações, que podem também ganhar consistência quando aliadas a práticas profissionais marginais. Apostamos em uma prática ‘psi’ clandestina, atenta aos movimentos e sussurros da vida.

PARA NÃO CONCLUIR

Uma aposta

*Desinventar objetos.
O pente, por exemplo.
Dar ao pente funções de não pentear.
Até que ele fique à disposição de ser uma begônia.
Ou uma gravanha.
Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma.*

Manuel de Barros

Esta pesquisa tentou dar passagem a fiapos de vida que por tempos foram emudecidos pelas propostas formais das “ditas” políticas públicas. Portanto, ao assumir tais posicionamentos/fiapos, este trabalho se alia a uma aposta ético-política de uma prática ‘psi’ clandestina que intenta produzir travessias para esses processos de singularização/fragmentos-força que deslocam de seus lugares constituídos as certezas dos especialistas técnico-sociais.

Clandestinidade parceira daqueles que vendem no trem. Precisam fugir dos fiscais e sustentar com os passageiros a invisibilidade de seus produtos: são escondidos em sacos pretos que os acompanham nas viagens. Inventam mecanismos de camuflagem, que os tornam vivíveis em meio a todo controle. Quando entram, gritam, cantam e nos oferecem suas mercadorias, mas rapidamente se calam quando percebem a proximidade dos fiscais que habitam, também, as estações. Os fiscais entram no vagão e a vida se cala, todos se olham timidamente e fazemos força para demonstrar a segurança de que nada de “errado” acontece. Depois eles saem, e compramos, conversamos, vendemos... Vamos para o trabalho.

Durante um grupo de família, realizado no CRAS, fomos incitados pelas seguintes questões: “Vocês escutavam mais no começo, não é? Parece que agora se colocam mais, foi aberto um diálogo, conversamos mais. Acho que vocês vieram para ajudar a comunidade, apresentar um caminho, resolver problemas. Ou seria para criar problemas?”.

Tais questões, enunciadas por uma usuária, cortam e perturbam um certo modo de exercer as práticas de assistência e de cuidado no modelo da Política de Assistência Social brasileira, pois colocam em análise a escuta dos trabalhadores sociais e a operacionalização dos serviços socioassistenciais.

A que veio o CRAS? Que ajuda se presta? Por que se falava menos? O que escutávamos ou queríamos escutar? Ou o que neste momento se fez escutar, ou permitiu sua escuta? Escutávamos o quê? O que poderia vir a ser um comportamento de risco, os problemas, as carências, as impotências?

Temos apostado, em meio às indagações, numa escuta-experimentação, aquela que acolhe a demanda do outro não como exercício de piedade ou numa perspectiva tecnicista que intenta ensurdecer os desvios e tomá-los como matéria sujeita à correção, mas como abertura aos movimentos da vida que se forjam em meio àquilo que a pretende naturalizada.

Afirmar a escuta como experimentação significa indicar que as necessidades do outro, com o qual lidamos, precisam ser incluídas, não por uma operação humanista e piedosa, mas como elemento perturbador e analisador dos modos de vida naturalizados [...] uma escuta sensível implica, necessariamente, ouvir os vestígios, ver os movimentos [...] colocar em análise nossos preconceitos, endurecimentos, indiferenças, intolerâncias (HECKERT: 2007, p. 10).

O que Heckert (2007) nos aponta é que é preciso ouvir o outro como um elemento perturbador de nossas formas instituídas, como se ouve um ruído estranho. O desvio, portanto, que poderia ser arremessado a atitudes preventivas e moralizadoras, pode se aliar a uma prática ‘psi’ clandestina que se engravide da heterogeneidade dos modos possíveis de existir, que possa se aliar às indeterminações do vivo, que possa desinventar objetos. Inspirados em Manoel de Barros, poderíamos pensar: Como dar à assistência social função que não é da assistência social? Como ensinar ao CRAS função que não é de CRAS?

Apostamos, portanto, em uma escuta que mobilize essa desinvenção, que reverbere as indignações, produzindo inventivos e potentes efeitos nos modos de fabricação do cuidado na assistência social.

Escutar como um engravidar... Desta escuta a pesquisa pôde produzir filhotes prenhes, visto que ela se deu em meio à agonia de afirmar palavras que ainda não tinham idiomas. Ela pôde desinventar e ser desinventada por tudo aquilo que no percurso cortou o aprendido. É preciso desaprender para escutar a experiência, pois ela não se alia, primordialmente, aos saberes instituídos. Ela não se pauta no IBGE, no CENSO SUAS, no IPEA. Ela é grávida de práticas, muitas práticas. Práticas que desassossegam os índices.

“Vocês vieram para criar problemas!”, diz a usuária, no mesmo grupo de família. E criamos muitos problemas. Tantos, que os gaguejos em vários momentos só puderam ser compreendidos dias, meses ou anos depois, já que a heterogeneidade dos possíveis é por vezes restituída através de sobras, restinhos, resquícios de inteligibilidade. É preciso inventar novas ferramentas para responder (ou não) a tantas perguntas inventadas em inusitados processos de fabulação.

E ao final literal do trajeto pesquisa/trabalho a mesma usuária que enunciou algumas perguntas-resistência que narram a pesquisa, nos pergunta: “Vocês vão sair?” – a pergunta se refere ao nosso pedido de demissão em função de uma série de questões que tornaram inviáveis as condições de trabalho. E nós respondemos: “Sim”. E ela, meio que de surpresa, como sempre, nos rebate: “Então, vocês se indignam também, né?”.

Fecha-se um percurso sem, contudo, podermos afirmar seu final. A inconclusão que reverbera em nossos corpos nos faz vislumbrar uma aposta, qual seja: a possibilidade de assumirmos nossa clandestinidade em estreita aliança com perguntas desestabilizadoras, perguntas-resistência – compreendidas como acionadoras de processos de singularização tensionadores das práticas/discursos da assistência social em seus modos contemporâneos de judicializar, vulnerabilizar e tutelar a vida - que dão consistência à nossa indignação.

*Eu não espero pelo dia
Em que todos
Os homens concordem
Apenas sei de diversas
Harmonias bonitas
Possíveis sem juízo final...*

“Fora de Ordem”, Caetano Veloso

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R. B; PASSOS, E. “A humanização como dimensão pública das políticas de saúde”. *Ciência e saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2005. pp. 561-71.
- _____. Por uma Política da Narratividade. In: ESCOSSIA, L.; KASTRUP, V.; PASSOS, E. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CALLERI, D.; NEVES, C. *Encontros da vida nua nos jardins do capital: uma investigação sobre o consumo de tratamentos*. (Prelo)
- CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1987.
- DELEUZE, G. *Conversações*. 1 ed. (6ª reimpressão). São Paulo: 34, 2007.
- _____. *Crítica e Clínica*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a Filosofia?* 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. São Paulo: Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. 1 ed. (4ª tiragem). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011.
- _____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- _____. *Segurança, território e população*. 1 ed. (2ª tiragem). São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- _____. *Vigiar e punir*. 36 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009a.

- _____. A vida dos homens infames. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- FUGANTI, L. *Biopoder nas políticas de saúde e desmedicalização da vida*. Discurso proferido no CRP-RJ, 2007.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HECKERT, A. L. C. Escuta com cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta?. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R, A (Org.). *Razões públicas para a integralidade em saúde: o cuidado como valor*. 1 ed. v.1. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, 2007. pp. 199-212.
- HECKERT, A. L. C. *Narrativas de resistências: educação e políticas*. Tese de Doutorado em Educação. Niterói: UFF, 2004.
- HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. *Psicologia e sociedade*, n. 20, 2008. pp. 192-9.
- LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*, n.19, 2002.
- LOBO, L. F. A expansão dos poderes judiciários. In: *Psicologia e sociedade*, n. 24, 2012. pp. 25-30. Número especial.
- _____. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- LOURAU. R. *René Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1993.
- MACHADO, L. D.; LAVRADOR, M. C. As políticas que incidem sobre a vida. In: *Estudos e pesquisas em psicologia*. Rio de Janeiro: UERJ, ano 10, n.1, 2010. pp.118-33.
- MANOLO, C. *Atenção básica na assistência social: entre miséria necessária, artes de governar e redes de solidariedade*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Institucional. UFES, 2010.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Orientações técnicas sobre o PAIF*. v. 1. Brasília, 2012.
- _____. *Política nacional de assistência social*. Brasília, 2004.

- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *NOB SUAS 2010*:
aprimoramento da gestão e qualificação dos serviços socioassistenciais. Brasília,
2010.
- _____. *Traçado metodológico do programa ProJovem Adolescente*. Brasília, 2009.
- NEGRI, A. *Cinco lições sobre império*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- NEVES, C. A. B. *Interferir entre desejo e capital*. Tese de Doutorado em Psicologia
Clínica. São Paulo: PUC-SP, 2002.
- _____. Pensando o contemporâneo no fio da navalha: entrelaces entre desejo e
capital. In: *Lugar comum: estudos de mídia, cultura e democracia*. Rio de
Janeiro: UFRJ – Núcleo de Estudos da Comunicação, n. 19-20, 2004.
- _____. Modos de interferir no contemporâneo: um olhar micropolítico. In: *Arquivos
Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 56, n.1, 2004.
- SPOSATI, A. O primeiro ano do sistema único de assistência social. In: *Serviço Social e
Sociedade (SUAS e SUS)*. Ano XXVII, n. 87, 2006. pp.96-122.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história (1971) e Foucault revoluciona a história*.
Brasília: UNB, 1978.